



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES

CENTRO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DA TURQUIA E SEU PAPEL NA
GUERRA DA SÍRIA**

Tauana de Freitas

Lajeado, novembro de 2020.

Tauana de Freitas

A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DA TURQUIA E SEU PAPEL NA GUERRA DA SÍRIA

Monografia apresentada no curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como exigência parcial para obtenção de título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Borne Ferreira

Lajeado, novembro de 2020.

RESUMO

A República da Turquia, atualmente governada pelo Presidente Recep Tayyip Erdoğan, tem se destacado no sistema internacional ao se tornar um país importante para o cálculo estratégico de grandes potências como Estados Unidos, Rússia e países europeus, principalmente pelo perfil de potência regional que tem buscado desempenhar no Oriente Médio. Após anos tentando adentrar ao bloco da União Europeia, na contemporaneidade, o país mudou seus interesses para tornar-se um líder regional. Para tanto, tenta atuar como possível apaziguador dos conflitos que a região vivencia. Um dos exemplos, a Guerra da Síria, se tornou um dos confrontos mais longevos e mortais da atualidade, envolvendo inúmeros atores estatais e não-estatais e servindo de palco para a projeção de poder das grandes potências mundiais. Originou-se em 2011, por manifestações de civis na busca pela democracia no Oriente Médio na chamada Primavera Árabe, vindo a tornar-se, posteriormente, um conflito armado. Por se tratar de um país em ascensão, e que passou recentemente por mudanças internas objetivando a modernização, torna-se interessante analisar como a Turquia se posiciona política e estrategicamente na região. Assim sendo, este trabalho tem por objetivo analisar a política externa da Turquia, desde o período em que era o Império Otomano até a atualidade. Mais especificamente, busca-se compreender o papel da Turquia na Guerra Civil Síria e no sistema internacional. Após realizar uma pesquisa bibliográfica fundamentada em fontes secundárias, a hipótese de trabalho supõe que a Turquia busca obter maior influência nas regiões que a cercam aspirando participar de forma econômica e política nos Balcãs, no Mar Negro e nas repúblicas ex-soviéticas (Ásia Central, Europa e Oriente Médio) que falam turco. Ao interferir militarmente na Síria, além do objetivo de afastar o grupo étnico curdo de seu território, a Turquia também objetiva se aproximar de outros atores internacionais.

Palavras-chave: Turquia, Guerra da Síria, Oriente Médio

ABSTRACT

The Republic of Turkey, currently governed by President Recep Tayyip Erdoğan has distinguished itself in the international system by becoming an important country for great powers such as the United States, Russia and the European Union, mainly due to the regional power that it has been playing in the Middle East. After years trying to join the European Union, Turkey has changed its interests to become a regional leader. Hence it has sought to present itself as a possible moderator for Middle Eastern conflicts. The Syrian Civil War, for example, has become one of the most long-standing and deadly wars in the world involving numerous state and non-state actors and serving as a stage for power projections by great powers. The conflict began in 2011 in the context of the so-called Arab Spring and later became an armed conflict. As it is a country in ascension, which has recently gone through internal changes aiming to modernise its institutions, it has become interesting to analyze the reasons that lead Turkey to position itself politically and strategically in the region. Therefore, this monograph aims at analyzing Turkey's foreign policy since the times of the Ottoman Empire to the present. More specifically, it tries to understand Turkey's role in the Syrian Civil War and in the international system. After conducting a bibliographic based research, this text hypothesis holds that Turkey seeks to gain greater influence in the region by aspiring to participate economically and politically in the Balkans, in the Black Sea and in the ex-Soviet republics (Central Asia, Europe and the Middle East) which speak Turkish. By militarily interfering in Syria, in addition to the objective of removing the Kurdish ethnic group from its territory, Turkey also aims at becoming an internationally relevant actor.

Key-words: Turkey, Syrian War, Middle East.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan	34
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – As religiões na Síria	13
Gráfico 2 – Deslocamentos internacionais por países de origem (2019)	56
Gráfico 3 – Deslocamentos internacionais por países anfitriões (2019)	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ADM	Armas de Destruição em Massa
AKP	Partido da Justiça e do Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CHP	Partido Republicano do Povo
CIA	Agência Central de Inteligência
DTP	Partido da Sociedade Democrática
EI	Estado Islâmico
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAN	Governo do Acordo Nacional
KRG	Governo Regional do Curdistão
MHP	Partido do Movimento Nacionalista
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PE	Política Externa
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
RPP	Partido Republicano do Povo
SI	Sistema Internacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A GUERRA CIVIL DA SÍRIA	12
1.1 A Ascensão de Bashar al-Assad	12
1.2 A Primavera Árabe	15
1.3 A Guerra Civil	17
1.4 Conclusões Parciais	23
2 A TURQUIA NO SISTEMA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO	25
2.1 A Política Externa Turca	27
2.2 As Relações com a Europa	41
2.3 A Questão Curda	44
2.4 O Envolvimento Turco na Guerra na Síria	49
2.5 Conclusões Parciais	57
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

A tendência de multipolarização do sistema internacional observada no pós-Guerra Fria tem chamado atenção para o papel de potências regionais. No contexto da Guerra Civil da Síria, a Turquia, outrora Império Otomano, vem buscando conquistar espaço no Oriente Médio.

A Guerra da Síria foi estimulada pela ocorrência da onda de mobilizações sociais que tomou o Oriente Médio a partir de 2010 conhecida como Primavera Árabe (VISENTINI, 2016). As mobilizações iniciaram na Tunísia, alastrando-se por países como Egito e Líbia, destituindo seus governantes. Na Síria, este movimento foi marcado por uma série de protestos que tinham o objetivo de destituir o presidente Bashar al-Assad e tornar o país mais democrático, manifestações estas que evoluíram para uma revolta armada. Com o passar do tempo, diferenças religiosas contribuíram para o acirramento dos embates entre os rebeldes sírios e o governo.

Compreender os fatores que desencadearam a Guerra Civil da Síria, bem como suas decorrências para as relações internacionais, é fundamental para a compreensão da política internacional contemporânea. As consequências da guerra não podem ser resumidas apenas à morte e à migração forçada de combatentes e civis, ou à destruição da infraestrutura produtiva e o colapso político e econômico do país. Estão em jogo também, no caso sírio, os interesses de grandes potências como Estados Unidos e Rússia, e de atores regionais de destaque, como a já mencionada Turquia. Tendo em vista a vasta interferência externa na Guerra da Síria, tornando o ambiente polarizado, aumenta a dificuldade de vislumbrar-se um fim ao conflito. Além disso, surgiram questionamentos acerca de possíveis financiamentos advindos de outros países para a futura reconstrução das cidades sírias afetadas, após o término do conflito.

A Turquia é um país com cerca de 80 milhões de habitantes que tem sido governado por Recep Tayyip Erdoğan como Presidente desde 2014¹ (MESQUITA, 2018). Com a ascensão do partido de Erdoğan, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), a Turquia passou a buscar maior influência regional, projetando-se econômica e politicamente sobre diversas regiões, com destaque para a Europa e o Oriente Médio (CONDE, 2013). Além disso, a Turquia está localizada na Eurásia, Estreito de Bósforo, ponto de união dos continentes Europeu e Asiático, obtendo assim uma função geoestratégica importante para seus aliados.

Levando-se em consideração o desejo turco já muito antigo de ingressar no bloco da União Europeia, o governo de Erdoğan tem utilizado o fato de ser país fronteiriço da Síria, para promover-se perante a comunidade internacional como um possível provedor da paz no conflito sírio. Também, realizou inúmeras mudanças constitucionais para assemelhar-se ao estipulado pelas constituições europeias. Todavia, ao mudar sua política externa enfatizando a região do Oriente Médio, percebe-se a gradual perda de interesse turco em adentrar o bloco.

Através do Kemalismo criado por Mustafá Kemal Atatürk, a Turquia estabeleceu um “modelo turco”. O modelo conciliava tanto ideais islâmicos, quanto a modernização e “ocidentalização” do país através de reforma, servindo inclusive de modelo para outros países da região. Em relação à Síria, a Turquia primeiramente procurou intervir de forma indireta no conflito. Mais tarde, com o fim da política de “Zero Problemas com os Vizinhos”, optou por uma participação mais assertiva, enfatizando características de líder. Assim sendo, ao apoiar os rebeldes, rompeu os antigos laços ambíguos que possuía com a Síria.

Se fazendo saber da importância da Turquia na região, países como Estados Unidos e Rússia disputam a atenção turca para manterem-se atuantes no Oriente Médio, e projetar futuros ganhos com este. Nesse âmbito, os Estados Unidos inclusive convidou a Turquia para ingressar na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), enaltecendo as relações bilaterais destes, ao passo em que possibilita à Turquia maior projeção internacional. Também, EUA e Rússia interferem na Guerra Síria, onde os Estados Unidos defende os rebeldes, enquanto a Rússia apoia o governo ditatorial de Bashar al-Assad.

Os elos internacionais são afetados ao discutirmos o caso do grupo étnico curdo que atualmente é possuidor de territórios na Turquia, Síria, Iraque, Irã e Armênia. Ao contrário da Síria, por exemplo, o governo turco não aceita que curdos turcos tomem seu território

¹ Erdogan também foi Primeiro-Ministro da Turquia de 2003 a 2014 nos governos de Ahmet Necdet Sezer (2000-2007) e Abdullah Gül (2007-2014).

para compor o Curdistão, e por esse motivo Turquia e os curdos vêm enfrentando desavenças. Por esse motivo, os EUA, ao financiar os curdos para combater o Estado Islâmico, gera desagrado aos Turcos.

Devido à contemporaneidade do assunto, e estando nesta conjuntura de conflitos armados, questões históricas envolvidas, promoção de novos atores internacionais e ambições de potências no sistema internacional (SI), questiona-se, neste trabalho, quais os interesses turcos e o seu papel desempenhado na Guerra da Síria e quais as consequências destes para as relações internacionais.

Para compreender o pensamento turco frente à Síria e ao SI contemporâneo, é necessário analisar a conjuntura do embate sírio e características do governo de Bashar al-Assad, bem como a política externa exercida pela Turquia no governo do AKP, atualmente representado pelo Presidente turco Recep Tayyip Erdoğan. Posteriormente a isso, é importante analisar as decisões tomadas por seus representantes, além de projetar potenciais desfechos para a Guerra da Síria.

O argumento principal do trabalho é que a Turquia, ao envolver-se na Guerra Síria, objetiva firmar seu papel como líder no Oriente Médio e transparecer ao Ocidente sua importância como ator internacional na região ao buscar a pacificação do conflito. Com isso, também tenta intensificar as relações com a União Europeia e possível entrada no bloco, além de fazer uso de política de barganha com os Estados Unidos e Rússia, para obter os ganhos desejados, quaisquer que forem.

Assim, esta pesquisa está amparada em dois pilares: a Guerra Civil Síria, analisada de forma a tentar explicar o conflito e os interesses de atores internacionais, principalmente os da Turquia; e o expor da política externa turca e a questão do grupo étnico curdo, abrangendo questões históricas desde a época Império, até a atualidade. Para analisar estes pontos e elucidar a pergunta de pesquisa, a mesma terá caráter qualitativo² e exploratório. Ou seja, através de uma sondagem, reunir elementos capazes de serem analisados e que posteriormente servirão de amparo para as conclusões alcançadas. Serão obtidas informações por meio de pesquisa bibliográfica com base em material publicado em livros,

² “As principais características dos métodos qualitativos são a imersão do pesquisador no contexto e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa [Kaplan & Duchon, 1988]. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é um interpretador da realidade [Bradley, 1993].” (MORESI, 2003, p. 71).

revistas, jornais, bases de dados disponíveis online os quais são acessíveis ao público em geral (MORESI, 2003), e também uma pesquisa documental³ em acervos.

Foram coletados dados bibliográficos para a elaboração da escrita e consecutiva análise dos objetos em questão. Os dados para pesquisa foram coletados em periódicos, revistas acadêmicas, livros, dentre outros. A escolha dessa forma de abordagem surge do interesse em realizar uma pesquisa exploratória eficaz sobre a política externa turca e o conflito sírio. Ao fazer uso de uma pesquisa bibliográfica, amplia-se o alcance de informações e se faz possível a utilização de diferentes dados em múltiplas publicações para melhor defender a tese aqui avançada.

O primeiro capítulo da pesquisa irá explicar a história da síria e a ascensão do Presidente em exercício Bashar al-Assad, bem como os princípios de seu governo. Também, abordar-se-á as motivações das mobilizações decorrentes da Primavera Árabe no Oriente Médio, assim como alguns aspectos da Guerra Civil que se instaurou na Síria e suas repercussões.

No segundo capítulo intitulado “A Turquia no Sistema Internacional Contemporâneo”, será abordado a história do país desde o período em que era o Império Otomano até a expansão do partido AKP do Presidente Erdoğan na atualidade. Nesse segmento, explorar-se-á a política externa turca desde sua consolidação como República, seu envolvimento na Guerra Síria, o desejo de entrada da Turquia na União Europeia tal e qual as relações estabelecidas com o Ocidente. Ademais, abordar-se-á a questão curda no país e o quanto ela implica nas relações bilaterais da Turquia com outros países. Finalmente, nas Considerações Finais, abordar-se-á os entendimentos obtidos acerca da pesquisa, conferindo se a hipótese do trabalho foi alcançada, e se outras conclusões ainda puderam ser obtidas.

³ “Investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, video-tape, informações em disquete, diários, cartas pessoais a outros.” (MORESI, 2003, p. 10).

1. A GUERRA CIVIL DA SÍRIA

1.1. A Ascensão de Bashar al-Assad

Inicialmente chamada de Assíria, a atual República Árabe Síria é um país localizado no Oriente Médio, com a área total de 185.180 km², nos quais habitam em torno de 21 milhões de pessoas. O Estado possui como idioma oficial o árabe e sua capital é Damasco, sendo as cidades mais populosas Alepo (2,7 milhões de habitantes), Damasco (2,2 milhões) e Homs (1,7 milhões). O país tem um sistema político autocrático⁴ e cerca de 90% de sua população se considera muçulmana, incluindo sunitas⁵, xiitas⁶ e alauitas⁷. O cristianismo também é praticado no país, conforme ilustrado pelo Gráfico 1 (ACN, 2016), ainda que de forma minoritária. A Síria também é lar dos curdos. Os curdos são considerados o maior povo sem nação do mundo, com mais de 30 milhões de pessoas que lutam pela sua

⁴ Regime político em que o governante possui poder ilimitado e absoluto.

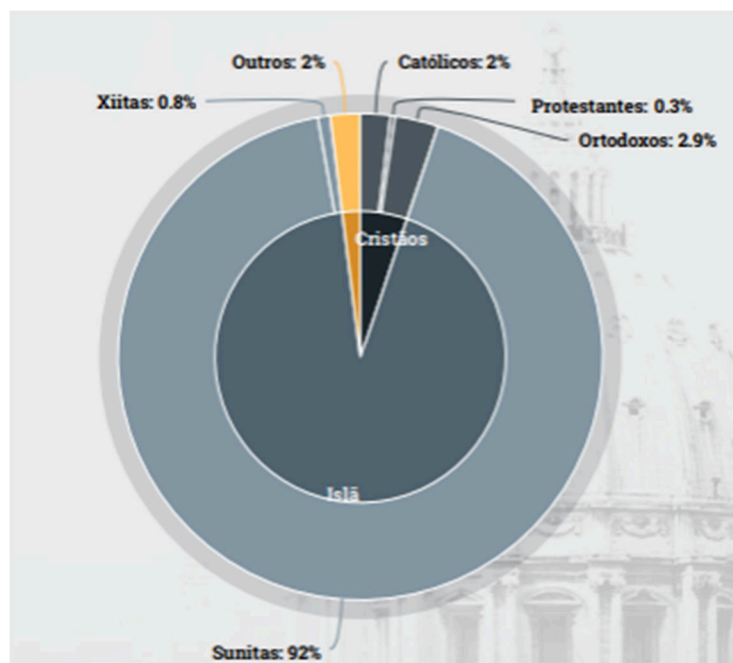
⁵ “Termo utilizado para designar a corrente do Islã que tem seu nome originário na expressão ‘o povo da Suna’ [...]. Essa corrente se fixou a partir do início da dinastia Omíada, que chegou ao poder após a morte de Ali, o quarto califa. Os Omíadas fixaram como costume religioso seguir as tradições, ou seja, a suna, dando origem a corrente que atualmente reúne o maior percentual de praticantes do Islã no mundo, cerca de 80%” (COSTA, 2016, p.49).

⁶ “Corrente do Islã que acredita na liderança espiritual hereditária, ou seja, que os líderes dos muçulmanos devem ser parentes do profeta Muhammad. Esta corrente aceita que existam clérigos e entre estes há um (o Imã supremo), líder que seria descendente do profeta. No entanto, as divergências dentro da corrente começam muito cedo, durante a sucessão dos primeiros Imãs. Após a morte do profeta, defendiam que Ali, seu primo e genro, deveria ser o líder da comunidade. A cisão definitiva aconteceu no ano 669, quando Ali foi assassinado e sucedido por Mu’awiyra, primeiro líder da dinastia Omíada, considerado um traidor por uma parte dos muçulmanos que passaram a formar a facção de Ali, a xia (shi’a). Criaram as suas próprias escolas de direito e acreditam na supremacia infalível dos imãs [...]. Na ausência deste, um erudito xiita pode atuar como líder [...] Cerca de 10% dos muçulmanos se consideram xiitas” (COSTA, 2016, p.56).

⁷ Etnia do presidente da Síria, Bashar al-Assad. Uma minoria no país, é considerada uma variante do xiismo.

independência. O grupo étnico e cultural habita regiões da Turquia, Irã, Síria, Armênia e Iraque, formando o Curdistão.

Gráfico 1. As religiões na Síria



Fonte: (ACN, 2016).

O território sírio é rodeado por rios, possibilitando grande cultivo agrícola. Em termos de desenvolvimento econômico, a Síria registrou, em 2013, Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 95 bilhões de dólares (CAVALCANTI, 2014; ACN, 2016). Segundo Caleiro (2016), o PIB do país decresceu 57% nos últimos nove anos e o desemprego aumentou em 60% em função da guerra.

Após a Primeira Guerra Mundial, em 1920, os franceses foram detentores das regiões onde atualmente estão estabelecidos a Síria e o Líbano. Ambos os países sofreram para conquistar sua independência. Com o Acordo Sykes-Picot (1914), referendado pela Conferência de San Remo (1920) e pela Liga das Nações, a França passou a governar a Síria e o Líbano com base no sistema de mandatos⁸. Neste período nascia a “Grande Síria”, uma República e fragmentada em seis regiões oriundas do Censo Francês de 1921⁹ (COSTA, 2013; SILVA, 2018):

⁸ Autorização concedida por um ator para que outro possa agir em seu nome.

⁹ Divisão política imposta pelos franceses para a região da Síria e Líbano.

Seriam eles: o Estado de Aleppo, o Estado de Damasco, o Estado de Jabal Druze, o Estado Alauita, a Província de Alexandreta (Hatay) e o “Grande Líbano”. Cada um destes Estados estaria sob o controle de uma elite confessional, tutelada pela França (ZAHREDDINE, 2013, p. 9).

Os pequenos Estados que compunham a Síria possuíam uma grande diversidade étnica e religiosa, destacando-se as religiões sunita, cristã, turca, xiita e alauita. A França acabou por prover às regiões de predominância sunita maior território e autonomia, de modo que as minorias depreciaram a injusta escolha. Em virtude disso, a região sunita dividiu-se em duas províncias, Aleppo e Damasco.

A Grande Revolta Síria de 1925 pretendia paralisar esta fragmentação, expulsar a França da região e fundar um Estado próprio. Este objetivo firmou-se somente em 17 de abril de 1946 com a promulgação da independência síria (CAVALCANTI, 2014):

A Síria se manteve livre dos processos de fragmentação nos últimos 42 anos devido a duas razões principais: 1) a criação de um exército muito fiel ao seu presidente, e 2) pela utilização da violência para inibir qualquer perturbação da ordem pública, seja pelo uso das forças armadas ou das forças de segurança do Estado (serviço de inteligência) (ZAHREDDINE, 2013, p. 13).

Desde sua independência, o país vivenciou vários conflitos e tomadas de poder que levaram a mudanças de governo recorrentemente. Foi somente quando o partido Baath Sírio tomou o poder que houve a alteração de “Grande Síria” para República Popular da Síria. O pai do atual presidente Bashar al-Assad, Hafez al-Assad, de família alauita, tomou o governo em 1971 através de um golpe militar. Além de desempenhar um papel importante de liderança junto ao mundo árabe, Hafez al-Assad possuía o controle das Forças Armadas e colocou em curso uma política de modernização econômica que fez com que o país melhorasse a qualidade de vida de sua população (COSTA, 2013):

Hafez al-Assad nunca compartilhou dos pressupostos da Revolução Islâmica iraniana e, inclusive, tinha receio de que grupos fundamentalistas tentassem alterar a ordem secular do país. No entanto, a aproximação com o Irã teve o nítido propósito de encontrar mais um aliado contra os EUA e Israel. Nesse sentido, o apoio ao Hezbollah - organização xiita libanesa - em sua luta contra os israelenses se configurava numa estratégia ideal (COSTA, 2013, p. 30).

Uma vez no poder, para enfraquecer a oposição, al-Assad tornou ilegal a criação de novos partidos políticos e proibiu a participação de candidatos que discordassem do governo nas eleições, usando, inclusive, da força militar para impedi-los. Conforme Pires (2013), em

fevereiro de 1982, as forças de Hafez al-Assad, para eliminar grupos que se opunham ao governo, bombardearam a cidade de Hama, no episódio que ficou conhecido como “Massacre de Hama”.

Hafez al-Assad permaneceu no poder até seu óbito, em junho de 2000, causado por um ataque cardíaco. Bashar al-Assad assumiu o país com 34 anos de idade, um mês após o funeral de seu pai, permanecendo no poder até hoje (ZAHREDDINE, 2013). No início de seu mandato, Bashar al-Assad buscou fazer mudanças na Síria, idealizando uma maior aproximação com o Ocidente e o início de um processo de modernização do país. Todavia, o caráter autoritário do governo de seu pai se manteve. Mesmo assim, em 2007, Bashar al-Assad, concorrendo sozinho, foi reeleito com 97% de aprovação nas urnas (CAVALCANTI, 2014).

1.2. A Primavera Árabe

De acordo com Badie (2011), a Primavera Árabe foi um movimento de diversas sociedades que possuíam interesses em comum, especialmente, protestar contra o governo, cada qual com suas peculiaridades. O fenômeno teve início no final de 2010 e levou à queda do ditador Zine El Abidine Ben Ali da Tunísia na chamada Revolução de Jasmim. Por isso do uso “primavera” no nome (PRADHAN, 2017). O processo se alastrou por outras regiões, atingindo o Egito de Hosni Mubarak, a Líbia de Muammar Gaddafi, o Iêmen de Ali Abdullah Saleh, e diversos outros países em um “efeito dominó” (PRADHAN, 2017; BHARDWAJ, 2012; BIJOS; SILVA, 2013). Essa onda de manifestações chegou à Síria em 2011, visando a supressão da opressão e revelando ideais libertários de revolução.

Após ameaça iminente aos seus regimes, os governantes buscaram findar as mobilizações de forma pacífica. Sendo assim, mesmo que de forma tardia e branda, tentaram uma reconciliação ao dialogarem com os representantes dos partidos participantes das mobilizações, tendo como resultado o fracasso. Contudo, mesmo com a iniciativa governamental, a raiva e o ressentimento popular fizeram com que os conflitos se intensificassem (PRADHAN, 2017).

Os Estados então passaram a agir fazendo uso de métodos agressivos. Assim, surgiram em diversos países do Oriente Médio, conflitos internos, guerras civis, violência nas ruas, ascensão do terrorismo, intervenções militares, surgimento de novas forças

políticas e sociais, e envolvimento de atores internacionais nos conflitos. Ainda, estes fatores levaram a um agravamento de políticas sectárias¹⁰ (PRADHAN, 2017).

Através da influência da Primavera Árabe na política regional, ocorreu o colapso dos governos no Oriente Médio, permitindo que grupos religiosos utilizassem do momento de fragilidade para agir em busca de poder e influência. As mídias sociais aceleraram e auxiliaram no processo, ao passo em que a mensagem que se queria transmitir, facilmente alcançou maior número de pessoas.

Na região do Oriente Médio, os Estados autoritários geralmente atuam contra grupos específicos. Nos casos em que se faz uso de ação coerciva por parte do Estado, estes grupos agem em defesa de seus princípios e vão contra o governo. Historicamente, as convergentes crenças entre xiitas e sunitas afetaram as relações entre países que seguem o Islã. Agora, estes grupos também almejam poder, território, lideranças autoritárias e interesses econômicos dos Estados, quando antes o principal objetivo era conquistar seguidores em prol da religião (PRADHAN, 2017):

Muitas vezes, protestos e manifestações de xiitas exigindo reformas políticas, participação nos assuntos de Estado, liberdade religiosa e cultural xiita, emancipação econômica etc. provocaram reações violentas dos regimes (PRADHAN, 2017, p. 3, tradução livre).

Os rebeldes sírios acreditavam que, como países com um modelo de governo semelhante ao da Síria conseguiram destituir seu governante, na Síria seria uma ação efetiva também. As manifestações sírias em prol da democracia iniciaram-se oficialmente na Síria em 26 de janeiro de 2011 (BHARDWAJ, 2012) e o dia 15 de março do mesmo ano marcou o início de um período conturbado, o qual se perpetua até hoje: a instauração da Guerra Civil. Esta é constituída, sobretudo, de dois lados conflitantes: o governo ditatorial de Bashar al-Assad, composto pelo Exército, a Polícia e milícias; e o grupo rebelde opositor ao governo, ou seja, grande parte da população síria representada pelo Exército Livre da Síria (ELS) (ZAHREDDINE, 2013; CAVALCANTI, 2014).

Manifestações como as da Primavera Árabe ocorrem com frequência no mundo todo. Estas objetivam a democracia e consequente participação política, igualdade econômica, liberdade de expressão, fim da injúria racial e religiosa, através de movimentos populares fortes e diversificados, com o intuito de modificar a sociedade na qual vivemos. Hamid

¹⁰ Insistência em um pensamento formado e imutável sobre algum assunto.

Dabashi afirma que esses movimentos são uma “geografia da libertação”, desencadeando quase que simultaneamente, o surgimento de novas articulações políticas em escala global (KAMRAVA, 2014).

Na intenção de destituir um ditador, países como a Síria são possuidores de civis corajosos que se posicionam contra a próprio governo na luta pelos seus ideais, pelo que acreditam ser justo, coerente e benéfico para a população. Em contraponto, encontramos líderes governamentais que buscam continuar representando aqueles que se identificam com ele, e servir o seu país (KAMRAVA, 2014).

A Guerra Civil da Síria se tornou o conflito mais sangrento da Primavera Árabe, motivado por protestos, violência e envolvimento militar. Todavia, até o início de 2012, o conflito ainda não era considerado uma guerra em virtude de sua descentralização, de ser heterogêneo étnica e religiosamente, da não-intervenção internacional, e da militarização incompleta dos rebeldes, a despeito do elevado número de óbitos registrados (BHARDWAJ, 2012).

Mesmo com forte repressão advinda do governo, permitiu-se no início que prisioneiros políticos fossem libertados e que houvesse um debate popular sobre os rumos do governo. Contudo, com o tempo, o governo passou a coibir os civis cada vez mais ao abordarem temas como o de mudanças no regime, não satisfazendo boa parte deles. Mesmo assim, foi a popularidade de Assad que fez com que o conflito se mantivesse por tanto tempo. Ao não corroborar com o fim da violência e o cessar-fogo; ao agir com irresponsabilidade ignorando o estado de emergência que estava se instituindo na Síria; e por instituir a consolidação militar contra civis, Assad impulsionou os protestos e os conflitos, ocasionando um cataclismo total (BHARDWAJ, 2012).

Conforme o trabalho desenvolvido por Pradhan (2017), a transição para um regime democrático em países que conseguiram destituir o governo autoritário com a Primavera Árabe como Tunísia, Egito e Líbia, acabou por gerar o crescimento do terrorismo na região, com vários novos grupos terroristas, enquanto os já existentes se fortaleceram. Este processo gerou instabilidade política e violência interna, dificultando o estabelecimento da ordem. Além disso, ao não promoverem o diálogo ou serem transparentes, os governos enraizaram as políticas sectárias e geraram inquietações.

1.3. A Guerra Civil

Não se pode dizer que a atual situação da Síria é somente uma consequência da Primavera Árabe. Estados criados após a Primeira Guerra Mundial passaram por crises recorrentes desde o seu surgimento. O Líbano, o Iraque e a Jordânia, por exemplo, enfrentaram guerras civis e intervenções externas em seus respectivos territórios ao longo de todo o século XX (MATAR; KADRI, 2019).

A guerra também faz parte da história síria. Registram-se conflitos na região desde 3000 a.C. Como consequência, o território que atualmente pertence à Síria foi ocupado por diversos grupos étnicos ao longo da história, tais como os sumérios, os bizantinos, os egípcios, os romanos, e os árabes, dentre outros. De acordo com Cavalcanti (2014), as raízes da guerra civil remetem à chegada de Hafez al-Assad ao poder. Hafez, então chefe das Forças Aéreas da Síria, tomou o poder por meio de um golpe de Estado que deixou boa parte da população desgostosa. Assim:

Se as escolhas de Bashar foram moldadas de maneira importante pela construção do estado realizada por seu pai, os desafios enfrentados por Hafez e as soluções que ele encontrou para consolidar seu governo podem, por sua vez, ser entendidos apenas no contexto. Isso significa, acima de tudo, as condições desfavoráveis legadas aos construtores de estado sírios na imposição pós-Primeira Guerra Mundial pelas grandes potências ocidentais do sistema regional de estados - um episódio popularmente, se um tanto historicamente impreciso, conhecido como "Sykes-Picot" (MATAR; KADRI, 2019).

Conforme apontam Matar e Kadri (2019), as medidas radicais e brutas adotadas pelo governo na contenção da Primavera Árabe fizeram com que qualquer oportunidade de transformação social se perdesse na Síria. Com o fracasso da transição democrática e decorrente militarização dos manifestantes, o conflito se intensificou. As intervenções externas no conflito, por sua vez, estabeleceram maior equilíbrio e fizeram com que Bashar al-Assad perdesse o monopólio do poder militar (MATAR; KADRI, 2019).

Os rebeldes, de maioria sunita, objetivavam afastar al-Assad do governo, reivindicando reformas na constituição e melhorias na infraestrutura, saúde e educação do país. Além disso, exigiam o “fim da corrupção, [a] liberação de prisioneiros políticos, [e a] abolição da lei de emergência” (PRADHAN, 2017). Na medida em que as reivindicações não foram atendidas, a população se rebelou e a guerra teve início. Estima-se que nos primeiros meses de conflito mais de 500 pessoas tenham sido mortas pelo governo (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014).

A Síria tem utilizado tanques, helicópteros e pesada artilharia para conter a oposição, que se mantém relativamente forte. A crise humanitária vem se agravando no país com o

aumento exponencial de vítimas e do êxodo de civis para territórios vizinhos na condição de refugiados. Além disso, o avanço do conflito fez com que al-Assad recorresse ao apoio de diversos atores internacionais. Países como o Líbano, o Irã e a Rússia apoiam o governo sírio. Já a Arábia Saudita, Israel, Turquia e Estados Unidos apoiam os rebeldes. Entretanto, estes atores possuem alianças com outros países, o que torna o ambiente do Oriente Médio ainda mais polarizado. Outra oposição ao governo sírio são os estrangeiros filiados a grupos terroristas como a Al Qaeda que se deslocam para a região para lutar junto aos rebeldes (PRADHAN, 2017).

O Estado Islâmico, de acordo com Weiss e Hassan (2015), é uma organização terrorista, grupo rebelde jihadista e máfia que pretende obter lucros através de negociações de armas e petróleo, mas de forma clandestina. Para alcançar este objetivo, o EI capacita e distribui soldados em pontos estratégicos utilizando-se das mídias sociais e de poderio militar de alta tecnologia, por vezes equivalentes aos dos Estados Unidos (potência bélica) para adquirir mais seguidores e tomar territórios.

Seu surgimento contempla as intenções de militares do antigo comando de Saddam Hussein da Al-Qaeda (partido Baath - mesmo que de Bashar Al-Assad), que agora retoma suas atividades de forma distinta, porém proclamando o terror, desmantelando fronteiras no Oriente Médio, e restaurando e ampliando um antigo/novo império islâmico:

O crescimento do Estado Islâmico com métodos extremamente violentos resultou no envolvimento dos Estados Unidos, França e Reino Unido, dentre outros, aumentando as implicações regionais e globais da guerra civil. (WEISS; HASSAN, 2015, texto digital).

O governo de Assad apoiava as mobilizações da Al-Qaeda nos territórios próximos ao seu. Não obstante, quando do surgimento do EI (Estado Islâmico) e sua intenção de tomar o território sírio também eclodiu, o governo de Bashar tentou se retratar ao posicionamento que por anos teve em relação a esses jihadistas, e passou a lutar pelo seu fim. Com a difusão do EI e o aumento dos conflitos armados, muitos refugiados sírios fugiram para a Turquia fazendo com que os Estados Unidos se sentisse obrigado a intervir, considerada a situação de calamidade instaurada. (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014)

É justamente esta polarização e multidimensionalidade do conflito que impede o seu término. Os países mencionados não somente apoiam verbalmente, mas também financeiramente a continuidade das hostilidades ao subsidiar a guerra, fazendo com que o poderio bélico seja sempre alimentado. Assim, nenhuma das partes é capaz de abater a outra,

bem como, pelos fatores religiosos, históricos, geográficos e pela ambição pelo poder, nenhuma das partes optou pelo cessar fogo (CAVALCANTI, 2014).

Dessa forma, a guerrilha está em evolução desde 2011, tendo como consequência o sofrimento, a morte e a desumana situação em que vivem milhares de civis no contexto da guerra, além da destruição material de várias cidades que hospedam o conflito. Ataques violentos mediados por milícias e por parte do Exército foram relatados. Nesses casos foram constatados massacres de famílias inteiras, estupros, roubos e em algumas cidades sírias até a água foi cortada (CAVALCANTI, 2014), assim sendo:

Nem os esforços da ONU, que enviou observadores à Síria na tentativa de articular um plano de paz, surtiram efeito. Emissário das Nações Unidas e da Liga Árabe, Kofi Annan costurou um cessar-fogo entre o governo de Bashar al-Assad e as forças de oposição. Assim, no dia 12 de abril [2012], ambos os lados assinaram um plano para pôr fim aos confrontos. Três dias depois, no entanto, o Exército Sírio voltaria a realizar ataques na cidade de Homs e em outras localidades de maioria rebelde (CAVALCANTI, 2014, p. 71).

Outro motivo para a manutenção do conflito é a aliança estabelecida entre Bashar al-Assad e os militares. A lealdade dos soldados em relação ao governo ocorre em virtude do fato de muito comandantes serem alauitas financiados pelo regime (PRADHAN, 2017). Segundo Pradhan (2017), além das forças militares habituais, o governo também instituiu, em 2012, a Força Nacional de Defesa (FND) para lutar contra a oposição. A FND anexou, ainda, o grupo privado Shabiha¹¹, de vertente alauita. Além disso, a base voluntarista da FND faz com que a chance de os combatentes abandonarem a causa do governo, seja menor. Este grupo recebeu treinamento especializado para guerra urbana, algo que nem mesmo o exército regular da Síria estava preparado para fazer.

Mais especificamente, os grupos contra Bashar são: Brigada de Jerusalém, Resistência Síria, Partido Nacionalista Social Sírio e a Frente Popular para a Libertação da Palestina. Uma ideia abordada por Aron Lund (2015 *apud* PRADHAN, 2017, p. 98) é que enquanto o grupo encabeçado pelo governo é organizado, reestruturado e criado através de comitês outrora estabelecidos, o grupo que representa os manifestantes se forma ao juntar “todos os outros grupos de milícias”, gangues criminosas, semi-disciplinados, ou grupos sectários compostos por civis.

Os Estados Unidos, juntamente dos países componentes do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) e da Turquia, incentivaram a militarização do levante financiando, armando

¹¹ Grupo armado privado, de atividade irregular, da região do Oriente Médio.

e treinando forças internas e externas sírias, e fazendo com que uma situação de destruição de grande parte do país ocorresse. Ao fazer uma retrospectiva histórica do término da Guerra Fria e consequente fim da União Soviética, se faz possível lembrar que os Estados Unidos ambicionou aumentar seus territórios e influência no Oriente Médio, principalmente em países árabes.

Na relação EUA-URSS, que dependiam do fornecimento de petróleo desses países: “Como Israel contava com o apoio dos EUA, assim como o Irã (até 1979, quando ocorreu a Revolução Islâmica que depôs o xá Mohamed Reza Pahlevi), a URSS se via obrigada a fortalecer seu apoio à Síria” (COSTA, 2013). Esta atitude soviética acabou por gerar maior facilidade de governar aos líderes sírios.

Por envolver-se na Guerra da Síria, os EUA, possuindo desentendimentos históricos com a Rússia, a atraiu para o conflito. Sendo assim, a Guerra na Síria tem sido uma forma de demonstrar o poder dos Estados Unidos e da Rússia na distribuição geográfica do Oriente Médio como uma superpotência (LEÃES, 2014). Entretanto, mesmo com divergências políticas, tanto os EUA quanto a Rússia, possuem o objetivo de exterminar grupos jihadistas como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico. A diferença entre eles é que a Rússia pode adentrar o território Sírio por defender a ditadura de Assad, já os EUA não, por apoiar os manifestantes (ARRAES, 2016).

Consoante às colocações de Zahreddine (2013), o governo sírio também estreita relações com a Rússia porque o partido do pai de Bashar al-Assad, Hafez al-Assad, era o partido Baath que sustentava o Socialismo Árabe. Hafez morou alguns anos na União Soviética empenhado na sua formação ideológica e militar, estreitando as relações econômicas, militares e políticas de URSS (depois Rússia) e Síria. Além disso, a base militar russa na Síria é a única que o governo russo possui no Mediterrâneo.

Já a Síria se torna um país importante para os Estados Unidos não somente por ser um intermédio de paz entre os americanos e Israel, mas também por ser um possível aliado contra o terrorismo no Oriente Médio (GHOTME; RIPOLL, 2014). Depois do 11 de Setembro, atentado terrorista na cidade de Nova Iorque, mais especificamente no World Trade Center e no Pentágono, George Bush, presidente dos Estados Unidos na época, julgou a Síria como participante do “Eixo do Mal”, um grupo de países considerados financiadores do terrorismo, identificados pelos Estados Unidos.

Contudo, o governo americano passou a considerar importantes países como o Irã, Coreia do Norte, e principalmente o Iraque, como possíveis culpados do atentado. Foram

descartadas a Líbia, ao se aproximar do mundo ocidental e ganhar confiança dos EUA, e a Síria, ao cooperar nas investigações no pós-11 de Setembro (BADIE, 2011; COSTA, 2013). Por fim, os atentados foram reivindicados por Osama Bin Laden, da Al-Qaeda (morto no Paquistão em 2011 pelos EUA). O acusado como mentor dos ataques foi Khalid Sheikh Mohammad, também da Al-Qaeda, capturado em 2003 no Paquistão pelos Estados Unidos, o qual ainda aguarda julgamento (BBC News, 2019).

Em 2012, o então presidente americano Barack Obama pressionou o governo sírio ao encerrar suas relações diplomáticas com o país. No mesmo ano, a Secretaria de Estado dos EUA, Hillary Clinton, e o Dirigente da Agência Central de Inteligência (CIA), David Petraeus, propuseram armar os rebeldes sírios, pedido negado posteriormente pelo Presidente Obama, que aceitou somente o envio de ajuda não letal. Todavia, caso a Síria utilizasse armamento químico, Obama afirmou que iria intervir de forma militar massiva e direta, o que não agradaria nem o governo de Bashar al-Assad, nem os rebeldes, aliados árabes ou a ultra direita israelita já que a ação resultaria em um forte domínio americano na região (GHOTME; RIPOLL, 2014).

Em 21 de Agosto de 2013, ocorreu um ataque químico vitimizando cerca de 1,4 mil pessoas num subúrbio de Damasco. Não foi comprovado a autoria do ataque, todavia, identificaram que o atentado foi feito através do uso de gás sarin, uma substância usada pelos nazistas na época da Segunda Guerra Mundial. Ao ser acusado pelos Estados Unidos no episódio, o governo de Bashar al-Assad comprometeu-se em entregar as armas químicas que dispunha em seu arsenal num acordo tácito entre Estados Unidos e Rússia, apoiadora do governo de Assad, que mediu o trato (COSTA, 2003).

Os Estados Unidos justificou os ataques aéreos à Síria em 2018 pelo impedimento do governo sírio de sua chegada ao território do Iraque pela fronteira síria, que seria uma facilitadora. Os EUA usa o argumento de impedir o uso de armas de destruição em massa (ADMs), mesmo que não confirmado, e a violação dos direitos humanos, para intervir nas relações políticas do conflito. Ainda, destituindo o então governante da Síria, Bashar al-Assad, o governo americano, instituindo então um líder sírio que fosse seu aliado, possuiria maior domínio do petróleo na região, podendo enfrentar mais arduamente países como China e Rússia (COSTA, 2013).

Outra preocupação que permeia o conflito é que, com a destituição do governo de Bashar al-Assad, a situação na Síria pode piorar. Há anos que outro partido não está no poder. Caso a destituição de al-Assad aconteça, os sunitas assumiriam o país. Neste contexto, os

curdos, o Estado Islâmico e até a Al Qaeda também poderiam se apropriar do governo, alongando o ciclo de violência no país e intensificando a situação de crise humanitária que existe na Síria.

O debate a respeito da reconstrução e financiamento do país ganharam destaque principalmente a partir de 2017. O avanço militar do governo passou a fomentar reflexões sobre a situação síria após o conflito, abordando a reconstrução das cidades, e recuperação econômica e social.

Com a atual fase vivenciada pela Síria, e a devastação geográfica das cidades causadas pelos bombardeios, pondera-se macropolíticas e meios fiscais para a reconstrução, tal como da infraestrutura necessária para fazê-lo. Com toda essa destruição, a indústria e a agricultura tanto do setor público quanto privado, também foi enfraquecida, causando a escassez do fornecimento de combustível e outras matérias-primas. Assim, as atividades informais e ilícitas prosperaram, tais como saques e contrabando (MATAR; KADRI, 2019).

O governo sírio afirmou repetidamente que acordos chineses, russos e iranianos são priorizados na celebração de contratos de reconstrução. Ademais, segue sendo necessário pensar na segurança nacional, tendo em vista que o imperialismo continuará atingindo o país. Segundo Matar e Kadri (2019), também pode ser que no futuro o conflito se torne irrefreável, principalmente levando-se em consideração a intervenção política dos poderes internacionais.

Naturalmente, pensa-se num financiamento advindo do Ocidente. Todavia, para autores como Hemesh (2014), a forma mais segura de garantir recursos financeiros para o desenvolvimento e reconstrução da Síria, seria recorrer a uma estratégia independente de desenvolvimento que se baseie em recursos nacionais disponíveis, e contribuições e investimentos financeiros dos aliados da Síria, preservando a dignidade e soberania nacional. Acredita-se que ao centralizar e consolidar o Estado sírio, mais facilmente estabelecer-se-á a segurança nacional e consequente interesse de potências internacionais nos assuntos sírios (MATAR; KADRI, 2019).

1.4. Conclusões Parciais

O presente capítulo demonstrou que a Guerra Civil da Síria foi fortemente estimulada pelas manifestações populares no Oriente Médio iniciadas com a Primavera Árabe em 2010. Tais manifestações tiveram o intuito de destituir governos ditatoriais em busca de melhores

condições de vida e promover a democracia, além do acirrar do conflito ao envolver religiões divergentes. Para alcançar tais objetivos na Síria, os rebeldes buscam destituir o atual ditador e Presidente Bashar al-Assad, que governa o país desde 2000 e é o substituto hereditário de Hafez al-Assad, seu pai.

Bashar al-Assad busca em seu mandato apoio regional e internacional no combate aos rebeldes e consequente preservação de seu cargo como presidente. O interesse internacional de países como os Estados Unidos e Rússia no conflito sírio destaca questões militares ao apontar também interesses financeiros e geopolíticos. A ideia americana de abranger Estados soberanos ou semi-soberanos para uma desconstrução nessa região é inequívoco e esperado para a Síria (MATAR; KADRI, 2019).

Por tratarmos de um ambiente polarizado, conforme já apontado, o conflito parece estar longe de terminar e, por ora, os prejuízos econômicos, sociais, ambientais e humanitários causados pelo conflito ainda são difíceis de se calcular. A Guerra acaba por fazer com que refugiados sírios fujam do país em busca de sobrevivência, tendo como principal destino a Turquia, país de fronteira. Além disso, questões como o financiamento para reconstrução do país, e o medo acerca do substituto de Bashar al-Assad no governo, interessa a todos os atores internacionais. Principalmente porque há muito o partido de Bashar prevalece no poder, sendo assim difícil estimar-se como seria ter outro governante no país (MATAR; KADRI, 2019).

2. A TURQUIA NO SISTEMA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

No período da Guerra Fria, as relações entre Turquia e Síria eram estáveis. Entretanto, após conflitos motivados pela questão curda que será abordada na subseção 2.3, essas relações foram abaladas e permanecem assim desde então, sendo acentuadas pela Guerra na Síria que perdura desde 2011, desestabilizando a política do Oriente Médio.

A Turquia, antes de ser uma república, era o Império Otomano. Fundado no século XIII, foi composto por tribos turcas nômades, numa região que antes pertencia ao Império Bizantino. Era considerado um dos impérios mais imponentes do mundo por estar localizado no Oriente Médio, parte do leste da Europa e norte da África. Também foi reconhecido por aceitar outras religiões que não fossem a muçulmana, crença predominante na época (DE BUNES IBARRA, 2002).

Os povos conquistados pelo Império Otomano eram liberados para exercer sua economia e vivência de forma autônoma. A política imperial teve como consequência a dispersão dos poderes e o enfraquecimento do governo após consecutivas perdas territoriais. O Império Otomano, do ponto de vista político, era considerado o “Estado dos Otomanos”; do religioso, “dos Muçulmanos”; e do étnico, “dos Turcos” (DE BUNES IBARRA, 2002).

No século XIV, o Império buscava conquistar e consolidar territórios em relação à Europa. Neste processo, e com uso em massa do poderio militar, a diplomacia otomana se solidificou longe dos princípios europeus. As realizações diplomáticas eram nomeadas “capitulações”. As primeiras delas foram realizadas com os franceses (1535), seguidas dos holandeses e ingleses (1580). Para os otomanos, a relação com estes países, principalmente França e Inglaterra, era de suma importância. A nomenclatura “capitulações” teve seu fim somente com o Tratado de Lausanne (1923), que será abordado mais detalhadamente a seguir (ERMIDA; FERNANDES, 2012).

Durante muito tempo os otomanos não compactuaram com a ideia de embaixadas fixas. Por este motivo, somente em 1793 foi enviado um primeiro embaixador da Turquia para outro país. Historiadores buscam uma explicação para tal comportamento, sendo que alguns acreditam ser fundado na religião muçulmana, uma vez que o Islão repudia pactuar com não-muçulmanos. Outra suposição seria a de que o Império Otomano, ao não pertencer ao sistema europeu de Estados, não partilhava de suas regras e instituições, não se fazendo necessário uma embaixada. Entretanto, somente com a criação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no século XIX, que as embaixadas passaram a possuir maior efetividade (ERMIDA; FERNANDES, 2012).

O Império Otomano estabeleceu várias alianças ao decorrer dos anos e envolveu-se em diversos conflitos, principalmente com o objetivo de reprimir os ideais expansionistas dos Habsburgos e de manter o equilíbrio de poder no sistema internacional. Contudo, mesmo assim o Império Otomano acabou por perder parte de seu território para o Império Austríaco (ERMIDA; FERNANDES, 2012).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o Império começou a entrar em um período de estagnação. Após a Primeira Guerra Mundial, quando foi aliado da Alemanha e perdeu o conflito, a instabilidade política aumentou e fez com que o Império se findasse de vez. As potências vencedoras planejavam dividir o território do Império Otomano segundo o mapa traçado pelo Tratado de Sèvres (1920). Porém, saindo vencedor dos embates contra as forças gregas, mudou-se o cenário territorial na região, fazendo com que as potências vencedoras revissem os acordos diplomáticos.

Já neste período, iniciaram-se reformas estruturantes no Império Otomano, como a reestruturação das Forças Armadas, bem como a criação de escolas seculares baseadas nos currículos europeus (ROBERTO, 2018). As derrotas militares e o início do recuo territorial do Império corroboraram para uma mudança na política externa turca, fazendo com que o país adotasse um perfil mais defensivo e propenso a aceitar mais prontamente a reciprocidade diplomática e a integração no sistema europeu de Estados (ERMIDA; FERNANDES, 2012).

De acordo com Roberto (2018), em 1920 instituiu-se a Grande Assembleia Nacional em Ancara, integrada por combatentes, ex-burocratas e militares otomanos. Seria este um governo paralelo ao de Istambul (ainda ocupado pelos europeus), tendo eleito como seu presidente Mustafá Kemal Atatürk. Em Ancara, iniciou-se a colisão contra as forças

ocupantes europeias, concomitantemente à criação de um Pacto Nacional promulgado em janeiro de 1921, que hoje serve como base para a Constituição Turca vigente.

O movimento dos Jovens Turcos tomou o poder no Império e buscou secularizar os sistemas educacional e jurídico do país, excluindo o poder de acadêmicos e juristas islâmicos. Sendo assim, as reformas feitas por Atatürk no pós-Primeira Guerra Mundial, resultaram no apogeu da transição turca (ROBERTO, 2018). Segundo Ermida e Fernandes (2012), as nações europeias não compactuaram com a ideia de desmembrar o Império Otomano já que tal ação resultaria em conflitos e desequilíbrio de poder. Contudo, agiram de forma amigável e aceitaram o ocorrido.

O Tratado de Sèvres (1920) reconhecia o desmembramento Otomano. Todavia, somente em 1923 ao fim da Guerra de Independência (1919-1923) - na qual o Império desmantelado lutou contra a Grécia, Armênia, França, Itália e Reino Unido -, e com a proclamação da República da Turquia em 29 de outubro de 1923 através da assinatura do tratado de Lausanne, que a República da Turquia foi fundada e reconhecida internacionalmente como sucessora do extinto Império Otomano (PASSOS, 2005).

O movimento de independência encabeçado pelo General Mustafá Kemal Atatürk, ficou conhecido também como Revolução Kemalista ou Kemalismo. A ideologia tinha como princípios: o republicanismo, o nacionalismo, o reformismo, o estatismo, o populismo e o secularismo; sendo estes incorporados posteriormente na Constituição.

O movimento kemalista priorizava o fim do Império Otomano, a abolição do califado, a mudança da língua do país, e tratava ainda da homogeneização e da integridade territorial. Ou seja, buscou a criação de um novo Estado, com uma nova sociedade formada por novos indivíduos ao imprimir ideias seculares e de nacionalismo nos turcos. Ainda, ao abolir o sultanato, procurou transferir a devoção do califa/sultão para a nação e para o “ser turco” (ROBERTO, 2018).

2.1. A Política Externa Turca

A Turquia, já sendo constituída como uma República e tendo o General Mustafá Kemal Atatürk como governante, buscou a modernização e ocidentalização do país por meio do estabelecimento de uma melhor relação com os Estados Unidos e Europa, da delimitação das fronteiras do território e da instauração de um Estado laico e republicano, mesmo que com uma maioria islamita. “Para ele [Atatürk], a reforma verdadeira teria de assumir um

caráter radical, que afete todos os aspectos da sociedade turca e que varra para longe a maioria, se não todas, as instituições e crenças tradicionais” (ROBERTO, 2018, p. 22).

Sendo assim, a ideia dos turcos após a independência perante os países colonizadores foi a de abandonar o passado islâmico e Otomano ao implementar o secularismo, criar uma nação turca que fosse etnicamente homogênea. Tratando-se de um dos Estados não europeus mais “ocidentalizados” em virtude de sua localização geográfica¹², era considerado também um forte aliado e mantinha relações com diversos países europeus:

Ao longo da sua História, a Turquia exerceu um papel importante na política europeia, agindo tanto como conquistadora, tal como a maior parte das grandes potências europeias, como aliada das mesmas, e ainda de refúgio para povos europeus oprimidos e perseguidos, como em 1492 quando milhares de judeus espanhóis encontraram asilo [...] (PASSOS, 2005, p. 6).

A capital do país também foi modificada, passando de Istambul para Ancara. Adotou-se o calendário gregoriano, aboliu-se a poligamia, o véu e o fez (chapéu turco). Instituiu-se a educação primária gratuita, compulsória e mista, o voto feminino, a opção de escolha de sobrenome, e a substituição do alfabeto árabe para o latino. A Revolução, buscou retratar a importância que a cultura turca e turcomana possuía, contrapondo-se à visão deteriorada que se tinha sobre o aparato burocrático e dinástico da Turquia (DE BUNES IBARRA, 2002; ROBERTO, 2018).

Em 1924, foi criada uma nova Constituição com a afirmação do Republicanismo a partir de um partido único, o Partido Republicano do Povo (RPP). Com a Lei da Manutenção adotada pela Assembleia Nacional em 1925, atribuíram-se poderes absolutos ao governo. Além disso, alguns componentes jurídicos, à exemplo de países europeus foram constituídos, como o código civil (ROBERTO, 2018).

Simultaneamente, a Turquia passava por um período de intensos conflitos com gregos e italianos que ambicionavam tomar posse de parte de seu território. Sendo assim, as ações da política externa traduziram-se em “resolução da disputa da região de Mosul, relacionamento com a Grécia e a adesão à Sociedade das Nações” (ERMIDA; FERNANDES, 2012).

¹² Estreito de Bósforo que liga o Mar Negro ao Mar de Mármara, demarcando o limite dos continentes europeu e asiático. Eurásia, território que forma o conjunto da Europa e Ásia. Assim como a Rússia, a Turquia compõem os dois continentes.

A Turquia buscou não somente a semelhança com os países do Ocidente, mas aproximar-se deles, ao mesmo tempo em que mantinha relações pacíficas com os países fronteiriços de seu território. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Turquia que possuía uma situação econômica frágil e a esfera militar enfraquecida, posicionou-se de forma neutra no conflito. Ainda, assinou pactos ambíguos com países como Grã-Bretanha, Alemanha, União Soviética, região dos Balcãs e Médio Oriente (ERMIDA; FERNANDES, 2012).

Este comportamento definiu o governo turco sob uma perspectiva de “neutralidade ativa”, sendo que se aliava a quem provia a ele mais benefícios em dado momento. Assim, a política externa turca adotou um perfil de pragmatismo e frieza, que fazia uso de seu posicionamento geográfico estratégico de união da Eurásia (ERMIDA; FERNANDES, 2012).

Posteriormente aos embates da Segunda Guerra, Ancara entrou na esfera de influência norte-americana e foi beneficiada pela Doutrina Truman - mesmo não sendo um país europeu, que consistia no auxílio financeiro dos Estados Unidos a países europeus prejudicados pela guerra e no fomento do ideal anticomunista pelo mundo. Os turcos também se beneficiaram do Plano Marshall, considerado um aprofundamento econômico da Doutrina Truman, com os mesmos objetivos. No mesmo período, a Turquia foi fortemente pressionada pela União Soviética, atual Rússia, para que se aliasse a ela.

No trabalho de Ermida e Fernandes (2012), abordam-se as iniciativas pró-ocidentais da Turquia no intervalo de 1945 a 1990, motivadas pelas ameaças soviéticas. Em 1950, Ancara já integrava a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1948), e do Conselho da Europa (1949). Em 1954 a Turquia acabou por assinar um pacto de defesa com o Paquistão contra a União Soviética (URSS). Posteriormente, em 1955, acordou-se o Pacto de Bagdá incorporado por Iraque, Irã e Reino Unido (ROBERTO, 2018). Em 1959, ingressou também na Comunidade Econômica Europeia (CEE) (ERMIDA; FERNANDES, 2012). Em 1949, Turquia reconheceu o Estado de Israel, sendo o primeiro país muçulmano a fazê-lo e gerando indagações advindas de outros países da região (LEÃES, 2014).

A participação turca na Guerra da Coreia convenceu países até então em discordância a ceder e aceitar a Turquia como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O trabalho de Roberto (2018) aponta que, no momento de formação da OTAN, os Estados Unidos ainda não tinha certeza da necessidade da participação turca, sendo que o

Departamento de Defesa do país pensava em outro tipo de aliança com a Turquia e o Oriente Médio. Entretanto, percebendo a necessidade de conter a influência soviética sobre o Oriente Médio, os Estados Unidos e seus aliados permitiram, no período da Guerra Fria (1952), o ingresso da República da Turquia na OTAN (PASSOS, 2005; ROBERTO, 2016).

Em 1962 com a Crise dos Mísseis em Cuba a Turquia perdeu o posto estratégico que antes tinha em relação aos Estados Unidos já que o acordo estabelecido entre URSS e EUA, era de que os mísseis norte-americanos na Turquia, mísseis estes com capacidade de alcance ao território soviético, seriam retirados. No período de 1964 a 1980, com o conflito no Chipre¹³, a Turquia aproximou-se da União Soviética, colocando em risco tanto seu elo com a OTAN, quanto suas relações bilaterais com os Estados Unidos (RAMOS, 2020).

Por fim, estabeleceu-se dois obstáculos para a real concretização da relação bilateral entre turcos e norte-americanos: o reconhecimento do Estado de Israel pela Turquia e a relação histórica entre turcos e árabes, já que os turcos devido ao passado imperial viam os árabes num aspecto de superioridade, gerando desagregações. A Turquia, quando adotou políticas de aproximação com o Oriente Médio nos governos do partido AKP, restringiu as relações com os EUA às intermediadas entre a OTAN, para que este não possuísse livre acesso ao Médio Oriente. (ERMIDA; FERNANDES, 2012).

Quando a União Soviética invadiu a Tchecoslováquia, mesmo receosos em relação aos EUA, os turcos assinaram um pacto de amizade com a URSS (1978) (ERMIDA; FERNANDES, 2012). Mais tarde, quando a União Soviética invade o Afeganistão e ocorreu a Revolução Islâmica no Irã (1979), há um reordenamento na política internacional que possui como consequência o restabelecimento turco como prioridade dos norte-americanos (LEÃES, 2014).

Avançando no tempo, quando Turgut Özal assumiu como Primeiro Ministro (1983-1989) e depois como Presidente da Turquia (1989-1993), o país passou a almejar o crescimento econômico através do dinamismo - tornou a Turquia capaz de complementar a carência dos itens manufaturados nos países próximos. Além disso, acarretou um aumento nos gastos militares e modernização das Forças Armadas (LEÃES, 2014).

¹³ O conflito no Chipre é marcado pela divisão da ilha, que pertencia à Grã-Bretanha, entre Grécia e Turquia desde 1974. Cerca de 78% da população é grega e 18% é turca. Permeado por disputas não violentas e por negociações, as divergências atuais afetam questões-chave, incluindo o retorno de cipriotas deslocados e o manejo de suas propriedades, repatriação de colonos turcos, desmilitarização da ilha e o futuro papel da Grécia, Turquia e Grã-Bretanha (The New York Times, 2016).

Özal buscou uma diversificação na diplomacia enquanto via as dificuldades de estabelecer-se regionalmente. Acreditava ele que, pelos turcos historicamente terem dominado terras em diversas regiões do Oriente Médio, o governo deveria impulsionar sua função patriarcal. “A contribuição que Turgut Özal deu à Turquia, em termos econômicos, foi fundamental para que o país pudesse operacionalizar suas relações regionais nos dias de hoje” (LEÃES, 2014).

Até então, o perfil das políticas para industrialização era voltado para a substituição de importações, protegendo o setor da concorrência externa. Entretanto, sob o governo de Özal, fomentou-se novamente a aproximação com os Estados Unidos (ERMIDA; FERNANDES, 2012) e se abriu a economia do país, incentivando inclusive, as exportações. Os grupos exportadores localizavam-se especialmente na região da Anatólia. Com o aumento das exportações e a entrada da Turquia nas cadeias globais de valor, os industrialistas se tornaram a nova classe média turca e o alicerce das vitórias do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) desde 2002 (ROBERTO, 2018). Embora tenha tido o aumento nas trocas comerciais, principalmente com o Irã e o Iraque, o que faltou para a Turquia no período foram outros itens importantes para o crescimento econômico de um país, como o investimento direto do estrangeiro (ERMIDA; FERNANDES, 2012).

A atitude de abrir o mercado propiciou aos turcos crédito de financiamento para expansão da economia pela boa reputação que criou. Com a mão de obra barata no país, várias indústrias europeias e norte-americanas sentiram-se atraídas a instalar-se em território turco, o que teve como consequência a exportação de produtos manufaturados e um grande impulso econômico. Os países vizinhos, por serem grandes exportadores de commodities, acabam por complementar e não competir diretamente com a Turquia (LEÃES, 2014).

Tendo em vista que até o fim da Guerra Fria a Turquia baseou sua política externa na bipolaridade, com o fim da URSS, o paradigma de tal política foi modificado (LEÃES, 2014). Na década de 1990, a Turquia esteve envolvida em guerras nos Bálcãs, no Cáucaso e no Oriente Médio. Adotou uma política externa nacionalista e voltada para a segurança nacional, criando tensionamentos com Síria e Irã. Este clima tenso constante fez com que os militares passassem a influenciar diretamente os rumos do Estado. Ademais, o governo sírio assinou um acordo de cooperação com Israel para o desenvolvimento de tecnologia militar (1999). O acordo transcendeu relações somente militares e acabou por promover trocas comerciais consideráveis entre os dois países (ERMIDA; FERNANDES, 2012). Contudo,

tal aproximação nunca foi vista com bons olhos no mundo muçulmano, conforme relata Leães (2014), que julgou a atitude uma “traição religiosa”.

Na Guerra do Golfo (1990-1991), que envolveu Iraque e Estados Unidos, o então presidente turco Turgut Özal, permitiu que os EUA utilizasse bases militares turcas para combater o Iraque e libertar o Kuwait, país árabe que havia sido anexado às forças iraquianas. Dessa forma, Ancara imaginou estreitar as relações EUA-Turquia e evidenciar para a União Europeia que desempenhava um papel importante nas relações internacionais do Oriente Médio (LEÃES, 2014).

No período, ainda testemunhamos o surgimento de cinco países na Ásia Central: Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão; maioria deles etnicamente turcos, obtendo apoio da Turquia, estimulando-os à integração regional, e aumentando seu poder de influência territorial até a fronteira com a China. Todavia, esta aproximação esperada por Ancara, não foi tão rápida quanto o esperado, levando-se em consideração o vínculo ainda evidente desses novos países com a Rússia já que suas infraestruturas haviam sido criadas pela URSS. Contudo, com o tempo, tais relações foram se aproximando (LEÃES, 2014).

A Turquia estabeleceu o que chamou de “aliança natural” com o Azerbaijão, considerando que os dois eram inimigos da Armênia. Outrossim, o Azerbaijão é um grande exportador de petróleo, e os turcos possuem carência deste, fazendo com que o interesse seja também econômico. Visando sempre expelir os russos, o governo turco investiu na extração de recursos naturais e incentivo ao intercâmbio de estudantes para a Turquia através de bolsas de estudos (LEÃES, 2014).

Ainda, a Turquia ingressou em instituições globais como o Conselho da Europa e o Fundo Monetário Internacional (FMI), identificando-se como parte do bloco. Com isso, afastou-se ainda mais do Oriente Médio além de propagar imagens negativas a respeito deste, usando termos como “atrasado”. Todavia, toda esta mudança dentro do país não foi bem vista pela sociedade, sendo que somente parte dela foi beneficiada. A parte rural, por exemplo, estava inalterada ao não serem introduzidas as mudanças propostas nesta, prevalecendo também a cultura islâmica. Os mesmos valores estavam enraizados em alguns líderes políticos que não compunham a elite kemalista, gerando certa tensão entre eles (ROBERTO, 2018).

Na contemporaneidade, a Turquia se divide entre os kemalistas (militares), seguidores oriundos do primeiro governante do país após a Revolução, e os islamitas, que

compunham a sociedade rural turca, pregando maior abertura ao mundo e aos valores muçulmanos. É uma nação predominantemente muçulmana, mas que tem se atraído cada vez mais pelo estilo de democracia ocidental ao se identificar especialmente com a Europa, buscando também uma aproximação com os Estados Unidos. E que, até então, mantinha a característica de não-intervenção nos assuntos do Oriente Médio mantendo uma política externa kemalista (ROBERTO, 2018).

Se faz possível compreender assim que, ao mesmo tempo em que a sociedade se caracteriza pelo mundo muçulmano dadas as raízes históricas otomanas, reconhecendo os benefícios da valorização da região do mundo árabe-muçulmano, seu governo kemalista busca maior aproximação com os ideais ocidentais, fugindo do Islã. Porém, vale ressaltar que um não é o oposto do outro, mas sim, segundo Roberto (2018), que a visão islâmica é uma adequação da visão de mundo kemalista. Alguns pensadores criticam tal estratégia turca argumentando que se torna difícil conciliar o conjunto de reivindicações que as duas propõem.

Os ideais turcos serviram inclusive de modelo para muitos países ocidentais, sendo visto como um plano de sucesso levando em consideração o aprofundamento e a rápida consolidação deste - coisa que em outros países do Ocidente não ocorreu. Paul Wolfowitz, Subsecretário de Defesa do governo de George W. Bush, afirmou que o projeto de democracia secular utilizada na Turquia poderia ser imposto no Iraque, por exemplo. Ademais, autores como Lewis (1994) apontam que, mesmo com intervenções militares, o poder sempre se voltou aos civis assim como em burocracias laicas, sendo a Turquia então, o único país do Oriente Médio que é democrático (ROBERTO, 2018).

O governo, ao optar por introduzir de maneira autoritária todas as transformações e ocidentalização da Turquia, acabou por corroer a cultura tradicional. Tal ação teve como consequência a discriminação e fragmentação da sociedade, gerando problemas estruturais como: mentalidade autoritária com tutela militar ao fazer imposição das Forças Armadas em momentos de instabilidade entre o governo e os cidadãos; a questão curda ao excluir parte da sociedade (tema este que será abordado mais detalhadamente a seguir); e a materialização do Islã visto como ameaça, suprimindo seus religiosos e impossibilitando a entrada de grupos políticos islâmicos no poder (ROBERTO, 2018).

De acordo com a Constituição atualmente em vigor no país, promulgada em 1982, a Turquia é uma república parlamentar com o poder executivo exercido pelo Conselho de Ministros que formam o governo liderado pelo Primeiro Ministro. O presidente age como “a

cabeça” do Estado e assegura o funcionamento correto e a autoridade relacionados aos campos do legislativo, executivo e judiciário (ODIHR, 2017).

Em relação à economia, como característica de países do Oriente Médio, a Turquia possui desenvolvimento nos setores de gás natural, petroquímica e petróleo. Um exemplo disso é o investimento na construção do oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan que transporta o petróleo do Mar Cáspio localizado entre Cazaquistão, Azerbaijão, Irã e Turcomenistão, até a Turquia. A Turquia importa petróleo para refinar, tendo como principal fornecedor o Irã (MESQUITA, 2018).

Mapa 1. Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan



Fonte: Google Maps, elaborado pelo autor.

No âmbito político da década de 1990, houve uma onda de polarização partidária, limitando a ideia de polaridade entre seculares e religiosos/direita e esquerda (LEÃES, 2014). Recep Tayyip Erdoğan e Abdullah Gül compunham o Partido do Bem-Estar na época. Ao perceberem os erros cometidos pelo partido ao qual pertenciam, criaram o próprio partido em 2001, o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) (ROBERTO, 2018).

Dando seguimento ao objetivo de melhoria, Recep Tayyip Erdoğan concorreu nas eleições de 2002 e assumiu o poder da República da Turquia em 2003, após ter competido com outras duas coalizões políticas, o Partido Popular Republicano (CHP) e Partido Movimento Nacionalista (MHP) (ROBERTO, 2018). Em relação ao parlamento, o AKP

elegeu 363 deputados e o partido kemalista - e também o mais antigo da Turquia, o CHP - elegeu 178 deputados. Com a grande diferença de números entre estes e com o dobro de votos a favor desde a última eleição, Erdoğan se viu com maior facilidade para executar sua agenda política (ROBERTO, 2018).

Ao assumir, Erdoğan extinguiu a tutela militar para evitar novos golpes, enfatizando a autonomia dos políticos eleitos. As Forças Armadas, outrora eram fundamentadas por privilégios institucionais por estarem fora do sistema judiciário civil (comum). Também possuíam liberdade de tomada de decisões dos assuntos que as envolviam. Tudo isso aliado à falta de transparência e impunidade, sendo apoiadas pelas elites e tornando as Forças Armadas, até certo ponto, intocável, sendo que:

Tal apoio [...] ocorreria porque os militares, o longo de toda a história turca, manipularam os principais medos das elites do país, quais sejam o separatismo curdo, a ideologia comunista e, mais recentemente, os movimentos islâmicos políticos, colocando-se como os únicos capazes de manter em cheque tais “ameaças” (ROBERTO, 2018, p. 41).

Erdoğan também reiterou a importância dos Direitos Humanos e de um Estado de Direito. Empenhou-se em demonstrar a possibilidade de coabitação entre um partido islâmico e um aparato estatal kemalista, e as semelhanças entre democracia e Islamismo, sendo a coalizão de ambos o grande desejo da maioria da população. Tornar a Turquia um país democrático, transparente, confortável ao mundo moderno, mesmo com tradição muçulmana (ROBERTO, 2018).

O “modelo turco” já estabelecido também se fortaleceu, ao passo em que o secularismo foi remodelado - a religião não agia mais como supressão, mas sim como livre escolha. A mensagem transmitida para os países ocidentais era de que deviam apoiar a Turquia por este ser um país “estável e moderno”. Segundo Roberto (2018), o poder coercivo turco perante o Oriente Médio fez com que os EUA logo percebesse o potencial turco como líder para o mundo muçulmano. Incentivaram e apoiaram o Islamismo na participação política, crendo que assim a região seria mais estável:

Para Kaddorah (2010), seriam sete as características do “modelo turco” que se transformaram em vantagens atrativas: 1) a estabilidade política advinda de um processo democrático real; 2) as reformas que possibilitaram a expansão das liberdades e direitos individuais; 3) o crescimento econômico do país e sua crescente rede de parcerias comerciais no mundo; 4) uma abertura externa baseada na tolerância e no diálogo entre civilizações; 5) boas relações com todos os vizinhos e com as grandes potências; 6) o uso de sua identidade Ocidental para se engajar com a Europa

e as organizações ocidentais; e 7) o envolvimento ativo no mundo islâmico com base no uso de sua identidade muçulmana (ROBERTO, 2018, p. 57-58).

O AKP procurou compatibilizar os dois conceitos - Kemalismo e Islamismo -, aprofundando suas relações com a União Europeia ao passo em que também restabelecia sua ligação com o Oriente Médio, tal que:

Os princípios da cooperação com as várias regiões circundantes, parecem explicar-se por razões de interdependência econômica e comercial, bem como por razões de segurança, numa abordagem de certa maneira ensaiada anteriormente por Özal. Assim, podemos dizer que o AKP tem capitalizado na aplicação de princípios de política externa anteriores (ERMIDA; FERNANDES, 2012, p. 9).

Com a remodelação da sociedade, algumas elites modernas turcas surgiram, mais conservadoras e religiosas, mas que também apoiam o livre-comércio do modelo europeu, por exemplo. Destaca-se três tipos de elites na história turca: a Otomana, a Republicana (1923-1980) e a de raízes islâmicas. Durante a “posse” da elite secularista, houve uma grande lacuna entre kemalistas e os povos da periferia (ROBERTO, 2018).

Durante cerca de 80 anos, Ancara demonstrou não se interessar pelas questões do Oriente Médio. Com a virada na política externa, este passou a dar mais importância para a região, como também para Cáucaso (entre o Mar Negro e o Mar Cáspio) e Ásia Central (ERMIDA; FERNANDES, 2012), mas não esquecendo a Europa, claro. As frequentes alterações na política externa turca possuem várias motivações como: o fortalecimento do governo sírio; o apoio da Rússia em seus conflitos de território contra os curdos; e a projeção das relações turcas que a Rússia pode oferecer na Ásia Central, região que possui países influenciados pela Rússia como o Uzbequistão e o Cazaquistão (MESQUITA, 2018).

A Turquia sempre desempenhou um papel chave nas relações entre o Oriente e Ocidente, isso por fazer parte da OTAN, por intermediar o controle ao Estreito de Bósforo - divisão dos continentes Europeu e Asiático - e conceder acesso ao Mar Mediterrâneo. Houve uma intensificação quando o controle do contrabando de petróleo que financiava o jihadismo passou a usar territórios turcos, beneficiando o governo de Erdoğan já que ambos, Turquia e grupos jihadistas, eram contra Assad e os curdos. Atualmente, o governo turco deseja construir um gasoduto no Mediterrâneo para explorar gás natural (RAMOS, 2020).

Ahmet Davutoğlu, acadêmico de Relações Internacionais e diplomata de carreira, foi o Primeiro-Ministro do partido AKP (2002) e assessor-chefe de Erdoğan de 2003 a 2009, marcando uma era na política externa turca conhecida como “Profundidade Estratégica”.

Para Davutoğlu, a Turquia deveria tornar-se um Estado Central “solucionador de problemas”, agindo em forma de manobra. “[...] a Turquia, durante a Guerra Fria, teria sido um país de fronteira, a borda oriental do bloco ocidental; durante os anos 1990, teria sido uma ponte entre o Ocidente e o Oriente” (ROBERTO, 2018, p. 52). Além disso, o empenho em culpar estrangeiros por problemas domésticos teve de ser extinto para que se iniciasse uma fase de “descobrimento” de suas proximidades geográficas.

Também chamado de neo-Otomanismo, o modelo de política de Profundidade Estratégica, destaca a importância do legado Otomano para a Turquia, bem como sua história e cultura traçada ao longo do tempo com os Bálcãs, o Cáucaso, a Ásia Central e o Oriente Médio. Com isso, as interações com o Oriente Médio aumentaram exponencialmente durante seu período como Ministro das Relações Exteriores (2014 - 2016, tendo permanecido como orientação de PE nos governos do AKP (GHIGGI, 2010). Isso se deu pela ideia de alinhamento e diálogo com seus vizinhos, separando os modelos de política externa entre Ocidente e Oriente, viabilizando uma posição geopolítica estratégica, e promovendo a harmonização das duas tradições turcas - a kemalista e a islâmica (D’ALEMA, 2017).

Davutoğlu destacava que através da política de Profundidade Estratégica, a Turquia deveria exercer seu papel de líder e interlocutor regional, e não somente de um país demarcando as linhas de fronteira entre o Ocidente e o Oriente (ROBERTO, 2018), ou seja:

Para o AKP, a Turquia deve redefinir o papel de sua geopolítica na formulação da política externa, pois sua localização não deve ser vista apenas como uma estratégia para defender fronteiras e manter o status quo. Ao invés disso, deveria usar sua geopolítica como uma ferramenta para transformar eficiência regional em eficiência global (BACGI, 2009:5). DAVUTOĞLU (2008:79) afirma que a Turquia deve conquistar uma nova posição capaz de prover segurança para si e para seus vizinhos, e que “deve garantir sua própria segurança e estabilidade através de um papel mais ativo e construtivo, provendo ordem, estabilidade e segurança para seus vizinhos”. (GHIGGI, 2010, p. 24).

Por exemplo, entre 2003 e 2010, com o estreitar das relações entre Turquia e Iraque, o ambiente comercial também se tornou favorável, e fez com que o Iraque se tornasse o segundo maior importador da Turquia. Isso se sucedeu porque as exportações turcas foram incrementadas ao passo em que a economia iraquiana se encontrava débil, mesmo que o petróleo a complementasse. Em contrapartida, Ancara realizou investimentos na infraestrutura e na construção civil iraquiana, prejudicadas pelas três guerras em que o país esteve envolvido desde 1980. Todavia, ao se falar de questões religiosas, “[...] o atual

Primeiro Ministro do Iraque, Nouri al-Maliki, é considerado um representante da parcela xiita da população, o que [...] o distancia da Turquia” (LEÃES, 2014, p. 66).

Em relação à Líbia, havia interesses econômicos estratégicos por parte da Turquia tendo em vista o potencial petrolífero libanês e os investimentos turcos em alguns setores empresariais libaneses. A maioria do povo libanês era contra os turcos, tanto pela repressão que sofreram do Império Otomano, quanto pelo ressentimento palestino em relação à parceria turco-israelense. Os governantes libaneses criticavam os turcos por considerarem estes dependentes e a mando dos norte-americanos (LEÃES, 2014). Ancara não desejava ser vinculada com o perfil do ditador líbio, porém também não podia renunciar aos acordos econômicos já estabelecidos. Após evitar tal debate, Erdoğan aceitou se unir à coalizão para destituir o ditador libanês Gaddafi do governo (LEÃES, 2014).

Após a ascensão do AKP, Trípoli passou a ver a Turquia como uma próspera aliada, especialmente depois de o partido ter enviado recursos financeiros para a reconstrução libanesa (LEÃES, 2014). Atualmente, a Turquia possui presença militar na Líbia, aprovada pelo Parlamento em 2020, apoiando e fortalecendo o Governo do Acordo Nacional (GAN) - partido substituto de Gadaffi, objetivando também, solucionar as tensões ainda presentes no território. Erdoğan reitera a necessidade de a UE intervir na Líbia para que não haja o aumento do terrorismo no país. A oposição do atual governo libanês afirma que buscará impedir a exportação de gás e combustível para a Turquia (RAMOS, 2020).

Quanto às relações entre Turquia e Egito, mesmo sem notórias desavenças ou alianças antes do partido AKP emergir na Turquia, com Erdoğan no poder, foi possível estabelecer um Acordo de Livre Comércio entre os dois Estados estendendo as relações desde comerciais até energéticas (LEÃES, 2014).

Em 2011 com a Primavera Árabe, Ancara acabou por apoiar os rebeldes contra o governador egípcio Mubarak em busca de aproximar-se da Irmandade Muçulmana. Naquele ano, a campanha eleitoral do AKP colocou-o como único partido capaz de efetuar reformas democratizantes na Turquia, enquanto a oposição era vista como desconfiável. Após as eleições, teve-se como consequência disso a falta de diálogo entre as partes (ROBERTO, 2018). Na região do Cáucaso havia o interesse geoestratégico de, através de acordos energéticos, desviar tal controle do Irã e Rússia, países bem desenvolvidos neste aspecto (LEÃES, 2014).

Após ter reconhecido Israel como pertencente da palestina em 1949, a Turquia manteve uma relação agradável com o Estado, tendo até concretizado em 1990 parcerias

militares com este. Em 2004, com Erdoğan como Primeiro Ministro, houve a recusa do convite do Primeiro Ministro israelense Ariel Sharon para uma visita oficial, tendo optado por encontrar-se com outras lideranças palestinas (LEÃES, 2014).

Mesmo que Ancara tenha reconhecido a Palestina por questões ideológicas (dadas as raízes do partido), tal atitude esteve baseada na teoria da Profundidade Estratégica da Turquia, enaltecendo sua capacidade de resolução de conflitos no Oriente Médio. “[...] além de defender a causa palestina em declarações oficiais, o governo turco tem promovido atividades destinadas à arrecadação de doações para as comunidades que habitam na Faixa de Gaza.” (LEÃES, 2014, p. 69).

Quando os israelenses foram arduamente contra os palestinos em Gaza, por pressão da população turca, o governo de Erdoğan teve de tomar medidas drásticas para contê-los. Em 2010, Turquia e Israel romperam as relações diplomáticas após o governo israelense atacar um grupo de operações de ajuda humanitária a caminho de Gaza, ocasionando mortes, inclusive de civis (ROBERTO, 2018).

A Geórgia, por sua localização geográfica, é essencial para que a Turquia possa reexportar recursos energéticos para a Europa, já que é através de seu território que a Turquia possui acesso à produção azeri. Além disso, a Turquia tem financiado construções que promovam usinas hidrelétricas, barateando custos para a economia do país (LEÃES, 2014).

Através do Conselho de Cooperação Estratégica de Alto Nível, há o debate entre governantes acerca da integração regional, objetivando o fomento ao comércio e investimentos, inclusão de todos os Estados e proporcionar uma convivência pacífica e tolerante entre suas diversas etnias. (LEÃES, 2014). A Turquia considerava-se um país autônomo e capaz de promover a paz mundial pela sua “ligação única” com os países à sua volta, os quais há muito se envolviam em embates e guerras, sendo cruciais para armistícios. Para isso, envolveu-se inclusive em processos de mediação como ao exemplo de sua junção ao Brasil para solucionar o caso do Irã e da energia nuclear através da Declaração de Teerã, em 2010 (LEÃES, 2014). Contudo, a teoria turca não foi comprovada tendo em vista o surgimento da Primavera Árabe em 2011, abalando a suposta paz na região do Oriente Médio (BASTOS, 2018).

Antes da Primavera Árabe, a Turquia possuía como aliados regionais o Egito e Qatar; e inimigos a Síria e o regime militar no Egito. Sob a doutrina de “Zero Problemas com Vizinhos”, tentou a reaproximação - através de cooperação - com Estados fronteiriços como Grécia, Armênia e Síria (BASTOS, 2018) incentivadas inclusive, pela tradição otomana que

compartilhavam. O governo turco agiria como provedor da ordem, estabilidade e segurança, além de objetivar prover sua interdependência. Além disso, tal doutrina fez com que o governo começasse a seguir a vocação Islamita, e marcou a segunda fase da política externa sob o governo do AKP, de 2005 a 2011 (ROBERTO, 2018).

No que se refere ao Irã, pode-se destacar o conflito de décadas deste com os Estados Unidos. O embate acabou por gerar o aumento da violência na região do Oriente Médio, principalmente após o assassinato do general iraniano Qassem Soleimani neste ano, a mando dos EUA. Com isso, Ancara agiu rapidamente para marcar sua posição. Mesmo tendo condenado o ataque, não tomou nenhuma atitude drástica. Em contraponto, há a incerteza quanto ao que Erdoğan deseja: isentar-se de envolvimento com o conflito EUA x Irã, ou aproveitar-se dele (RAMOS, 2020).

Assim sendo, a Turquia cada vez mais compreende seu papel importante dentro das relações internacionais e a ascensão da Nova Ordem Mundial, configurando que não somente os Estados Unidos é capaz de proporcionar segurança, mas também outros países, dado a perda da hegemonia americana no sistema internacional. Após a ameaça de Erdoğan em buscar novos aliados e consequente distanciamento em relação aos Estados Unidos, líderes russos responsáveis pelos assuntos internacionais foram até Ancara com o intuito de discutir a questão síria, demonstrando aproximação entre estes dois atores (BASTOS, 2018).

Em 2003, no primeiro ano de Erdoğan como Primeiro Ministro, já se constatou uma busca por autonomia perante os Estados Unidos e ao Oriente Médio. Quando os Estados Unidos informou que invadiria o Iraque para tirar Saddam Hussein do poder, a Turquia temeu que a ação desestabilizasse o país, enriquecendo os curdos iraquianos, ressurgindo o PKK. Assim, os Parlamentares do AKP negaram a presença de tropas americanas em território turco para tal combate mostrando que mesmo valorizando a união que possui com os Estados Unidos, não aceita submeter-se a esse como forma de obediência (LEÃES, 2014).

Em 2016, quando os EUA supostamente apoiou o golpe de Estado de Fethullah Gülen contra Recep Tayyip Erdoğan, e a Turquia foi informada pela Rússia de tal tentativa, o que acabou por favorecer a aproximação bilateral entre Rússia e Turquia (PAUTASSO, 2017). Porém, a proximidade foi abalada no contexto sírio já que, enquanto a Turquia apoia os rebeldes, a Rússia apoia o governo de Assad, tendo os militares turcos inclusive, abatido um avião militar russo. Tal ato fez com que a Rússia impusesse sanções econômicas contra a Turquia, além de propagar negativamente a imagem turca. Após desculpas de Erdoğan em 2016, as relações interestatais entre eles normalizaram (BASTOS, 2018).

No mesmo ano, o pastor americano Brunson foi detido na Turquia acusado de cooperar com o PKK e o Movimento Gülen. Brunson foi libertado depois de dois anos de prisão na Turquia, causando a retaliação de Washington (BASTOS, 2018). O presidente Donald Trump impôs então tarifas ao aço turco importado pelos americanos em 2018, provocando uma crise na lira turca, e fazendo com que Erdoğan anunciasse progresso nas relações econômicas com outros países da UE, e ainda Rússia, e China em busca de auxílio (BASTOS, 2018).

Em 2019, o Secretário de Defesa norte-americano James Mattis, informou o governo turco de que, se estes comprassem sistemas de defesa antimísseis S-400 da Rússia, cancelaria a compra de caças F-35 produzidos pela Turquia (BASTOS, 2018). Assim, os treinamentos de pilotos se encerrariam e, aqueles que vivem no território americano para a produção e desenvolvimento destes caças, teriam de deixar o país. Ainda, houve a ameaça da participação turca na OTAN, o que afetaria e muito a economia do país, além de limitá-la a dependência exclusiva russa. O governo americano por fim optou por não interromper o programa nem causar represália na OTAN. Porém, com o enunciado, acabou gerando grande constrangimento para a Turquia. Com as relações diplomáticas abaladas, a Turquia ainda sofreu com a desvalorização de sua moeda no período (Aljazeera, 2019).

Washington não quer romper relações diplomáticas com Ancara, contudo, também não quer ceder as suas chantagens, e por esse motivo que tem tomado decisões firmes. “Ancara terá de sofrer consequências pela detenção de cidadãos norte-americanos, pela compra de armamento russo, e por ignorar as sanções dos Estados Unidos ao Irão.” (BASTOS, 2018, p. 01).

2.2. As Relações com a Europa

Desde 1987, com um pedido oficial do Primeiro-Ministro Turgut Özal, que a Turquia reivindica a sua entrada às Comunidades Europeias (ERMIDA; FERNANDES, 2012). Para tornar-se parte do bloco, fez-se necessário realizar reformas domésticas e mudanças no poder legislativo e judiciário para que se aproximasse do sistema europeu, oferecendo maior controle civil e diminuindo a ameaça de golpe pelos militares turcos (ROBERTO, 2018).

Em 1996, os laços entre Turquia e UE se estreitaram ao entrar em efetivo um acordo de união aduaneira. No mesmo ano, com o início do governo de Erbakan como Primeiro-Ministro, houve a tentativa de voltar a Turquia para os ideais muçulmanos, criando inclusive

uma união aduaneira destes, após várias críticas de Erbakan chamando a UE de um “clube cristão” (ERMIDA; FERNANDES, 2012).

O Primeiro-Ministro ignorou as sanções econômicas dos EUA para com o Irã e decidiu construir um gasoduto entre Irã e Turquia, nomeado “Tabriz-Ankara” (LEÃES, 2014). Foi um período de grande instabilidade, principalmente porque o Exército turco e outros companheiros de governo, passaram a não compactuar com tais princípios. Um ano depois, as Forças Armadas depuseram Erbakan (ERMIDA; FERNANDES, 2012; LEÃES, 2014).

Quando Erdoğan assumiu como Primeiro-Ministro da Turquia em 2003, informou em discurso que sua prioridade era conduzir a Turquia à integração da União Europeia. Tal atitude circunda a primeira fase da política externa turca de 2003 a 2005. Durante uma participação em janeiro de 2003, em um evento da Universidade de Harvard, no decorrer de seu discurso, afirmou que a adesão turca à UE significaria o amadurecimento dos países do bloco europeu ao incorporar um país muçulmano, defendendo valores comuns e não uma religião comum. O mesmo discurso tencionou mostrar aos líderes médio-orientais de que reformas eram necessárias (ROBERTO, 2018).

Ainda em 2003, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) tornou-se um órgão com funções genuinamente de aconselhamento, removendo sua influência sobre o governo e a burocracia. Isso caracterizou a principal diferença do governo AKP para com os anteriores: maior controle das autoridades civis para seguirem suas agendas. Em 2004, outro pacote para a UE aboliu as Cortes de Segurança do Estado e, já em 2007, o candidato militar perdeu a eleição popular para a Presidência da República contra Abdullah Gül do partido AKP (no período Erdoğan foi Primeiro Ministro) (ROBERTO, 2018).

Conforme Roberto (2008), a Constituição de 1982 teve emendas em vários de seus artigos firmando garantias de igualdade de gênero, abolição da pena de morte e direito à apreensão de propriedade como pena criminal. Em 2004, direitos fundamentais garantidos por tratados internacionais passaram a fazer parte da legislação nacional, facilitando a implementação da Carta Europeia de Direitos Humanos. No entanto, nos anos que se seguiram, notou-se uma baixa pela aspiração de integrar o bloco.

Ao enfrentar uma crise na eleição de Abdullah, uma emenda constitucional passou a estabelecer voto direito para eleições presidenciais e, em 2014 Erdoğan se elegeu novamente, sucedendo Abdullah Gül. Com o referendo constitucional de 2010, ampliou-se o poder judiciário no país, limitou-se ainda mais as ações dos militares, e instituiu-se direito

à proteção de informações, direito das crianças e estabeleceu discriminações de grupos sociais vulneráveis. Recep Tayyip Erdoğan, após as eleições de 2015, optou por renunciar o idealismo na política externa e adotou então um viés realista na condução de suas políticas (ROBERTO, 2018).

No decorrer dos governos do partido AKP, foram registrados em seu território atentados terroristas, além do fraquejar nas negociações com o partido curdo PKK, muitos protestos populares, e frequentes acusações de corrupção por parte do governo. Também, houve uma tentativa de golpe de Estado em 2016, teoricamente planejada pelo Movimento Gülen, liderada pelo antigo aliado de Erdoğan, Fethullah Gülen. Fethullah continua exilado nos Estados Unidos, mesmo após pedido de extradição feito por Ancara - outro assunto que abala as relações bilaterais EUA x Turquia. Os países do Ocidente, ao não condenar de forma instantânea tal levante, feriu os sentimentos turcos e fez inflar o nacionalismo no país. A Rússia ao contrário do Ocidente e dos EUA, condenou o golpe, contentando o governo turco (BASTOS, 2018).

Nesta oportunidade, a União Europeia ofereceu apoio financeiro à Turquia através de um empréstimo. Atualmente as negociações para a entrada da Turquia no bloco encontram-se em um impasse, tendo o Chipre como um desses motivos ao considerarem a extração de gás na Zona Econômica Exclusiva do Chipre como uma atividade ilegal da Turquia. A UE acredita que se fazem necessárias “medidas para criar um ambiente que conduza ao diálogo em boa fé”, segundo Peter Stano, porta-voz para assuntos exteriores e política de segurança da União Europeia (RAMOS, 2020).

Em 2017, após outro referendo, instituiu-se o sistema presidencialista e não mais parlamentarista na Turquia, enfatizando ainda mais a autoridade de Erdoğan perante o país. Bastos (2018), possui uma visão diferente da de Roberto (2018) neste aspecto. Enquanto o último vê o domínio de poder político afastando-se dos militares e sendo transferido para o chefe de Estado como algo positivo por exemplo, a primeira o vê como uso exacerbado e indevido de Erdoğan.

Por fim, o AKP conseguiu de forma gradual e bem-sucedida, suprimir a hegemonia kemalista ao mesclar tal ideologia com a islâmica. Obteve também o apoio doméstico necessário de intelectuais liberais, e o suporte público internacional. Pleiteou eleições sem a necessidade de coligações, e promoveu Erdoğan como um reformista. O AKP, mesmo mantendo a taxa 10% de desemprego, obteve percentuais positivos de crescimento econômico e colocou-se como o centro do poder político da Turquia alinhando-se como o

próprio futuro do país. Com alta liquidez internacional, o país tornou-se ainda um grande destino para capital internacional (ROBERTO, 2018).

Nos quesitos de direitos civis e liberdades políticas, a Turquia, conforme Passos (2005), é considerada um país com ideologia mais adepta à liberdade de expressão dos seus cidadãos, podendo ser chamada então de um Estado “parcialmente livre”, o que faz com que sua entrada na União Europeia seja considerada de maior possibilidade em relação a outros países como Croácia, Sérvia e Bulgária.

Mesmo com as adequações realizadas e a aproximação com a União Europeia, a solicitação de entrada no bloco continua sendo negada. Para ser aceita, precisa se instituir uma estabilidade no país, e o não avanço dos embates militares entre turcos e curdos na região, levando em conta que a União Europeia preza por uma política de paz entre seus membros.

“Conquanto Ancara não tenha retirado sua candidatura, há uma sensação generalizada de que o governo vem se empenhando cada vez menos para atingir esse antigo objetivo” (LEÃES, 2014). Isto porque muitos atores do governo de AKP não acham ser benéfico a entrada turca no bloco. Veem tal objetivo como um ato de ocidentalização e adulação à UE, característicos do Kemalismo. Além do mais, a ação poderia afastá-los dos Estados vizinhos, o que não é algo desejado (LEÃES, 2014).

2.3. A Questão Curda

Os turcos rejeitam os curdos desde a época de Mustafa Kemal, no pós-Primeira Guerra. Na sua Constituição, inclusive, “cidadão” se igualava a “ser turco”. Sendo assim, um curdo somente seria considerado um cidadão ao omitir sua etnia. Os curdos eram considerados homens das montanhas que esqueceram quem eram e por isso precisavam ser reeducados, surgindo assim, uma campanha de “turquificação” com o slogan “cidadãos, falem turco” proibindo a língua curda pelo país (ROBERTO, 2018).

O governo de Ancara utilizou até de persuasão, prometendo direitos políticos caso estes aceitassem-se como turcos. Quando alguns aceitaram tal proposta, a questão curda tornou-se latente por muito tempo. Já em 1960, no período multipartidário turco e, ao passo em que as províncias curdas ficaram realmente atrasadas em relação à região ocidentalizada da Turquia, um sentimento de nacionalismo floresceu (ROBERTO, 2018).

Houve, na história, várias manifestações e rebeliões que partiram dos curdos nas quais os turcos reagiram com poderio militar, reprimindo sua cultura. A exemplo disso temos a rebelião chamada Shaykh Said, de 1925, que iniciou tais investidas militares (ROBERTO, 2018). Com tudo isso, os curdos buscaram lugar na política fundando o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK, sigla em curdo) em 1978.

O PKK iniciou conflito armado contra a Turquia em 1984, objetivando construir um Estado soberano ao libertar e unificar outras áreas curdas em países o Oriente Médio como Iraque e Síria (SANDRIN, 2018). Com a violência instaurada na região, teve-se como consequência muitas mortes e a suposta prisão do líder curdo Abdullah Öcalan em 1999. Atualmente os curdos demandam maior autonomia e a criação de um Estado curdo, tendo seu próprio governo (ROBERTO, 2018).

Mesmo a Turquia sendo o Estado que tem demonstrado maior resistência aos curdos, o Irã (país com cerca de seis milhões de curdos) e a Síria (com um milhão) têm notado que o Curdistão passou a usar a força para alcançar seus objetivos. A exemplo disso temos o momento em que alguns grupos lutaram contra os governos sírio e iraniano nas regiões de fronteira curda para aumentar o território ou estabelecer novas “regras” (SANDRIN, 2018).

Com as reformas realizadas por Erdoğan, a ampliação dos direitos da população acabou por englobar também os curdos, mesmo que não diretamente. Nas eleições de 2007, o partido AKP obteve boa votação nas regiões de predominância curda. Isso porque, já antes de 2007, o partido havia efetuado melhorias na eletricidade, rodovias e acesso à água. Contudo, foi também um ano em que os ataques do PKK contra o governo voltaram à tona. Configura-se que o AKP obteve votos da maioria dos curdos nas eleições de 2002 e 2007. Já em 2011, estes optaram em votar para líderes curdos. Isso se deu pelo AKP não ter alcançado os objetivos de evolução na questão curda (ROBERTO, 2018).

No mesmo ano, um congresso do Partido da Sociedade Democrática (DTP) elegeu Nurettin Dermitas como seu representante, apoiador do PKK. Após tal feito, abriram um processo contra o DTP por corroborar com os ideais curdos na Corte Constitucional. A petição obteve êxito findando o partido DTP em dezembro de 2009. Tal partido foi um movimento curdo legal no país que acabou distanciando-se e fracassando na tentativa de cativar o aparato do governo (ROBERTO, 2018).

Quando novamente eleito naquele ano, Erdoğan ainda enfatizou que procuraria por uma “solução” duradoura para a questão turca, além de realizar outros investimentos para estes. Nas eleições de 2015 houve uma baixa no favoritismo de Recep, tendo os curdos

apoiado o Partido Democrático dos Povos (HDP, na sigla turca), mesmo com a reeleição (BASTOS, 2018).

O partido PKK instalou-se na Síria quando Hafez al-Assad governava o país, na década de 1990, enquanto havia conflitos armados na Turquia, ocasionando o êxodo dos curdos para a Síria. Na época, os governos de Síria e Turquia enfrentavam desavenças diplomáticas e políticas. Sendo assim, o governo sírio pensou que, permitindo a instalação do partido em uma região de fronteira com a Turquia, estaria intimidando o país. Quando houve avanços nas ações do Estado Islâmico, uma coalizão de Estados-membro da OTAN se formou para realizar ataques contra o grupo (ROBERTO, 2016).

A Turquia, mesmo fazendo parte da aliança, optou por não integrar a coalizão justificando que diplomatas turcos estavam detidos como reféns, e que da mesma forma não cederia sua base aérea em Incirlik, próxima do território sírio (ROBERTO, 2016). “Ficava claro a crescente divergência entre os aliados em relação à principal ameaça a ser combatida na Síria, o que gerou grande tensionamento na relação entre Turquia e os membros da OTAN” (ROBERTO, 2016, p. 6).

O posicionamento da política externa turca mudou somente em julho de 2015, após derrota nas eleições sofrida pelo partido AKP, tendo como consequência a perda de várias cadeiras no parlamento. Depois disso ficou configurado que o objetivo era o de enfrentar abertamente o que concebia como as duas maiores ameaças: o PKK - seu partido opositor e curdo, e o Estado Islâmico (ROBERTO, 2016).

Além disso, a Turquia temia que, caso o presidente iraquiano Saddam Hussein fosse deposto pelos americanos - e foi - houvesse a emergência do PKK na região, e possíveis atentados terroristas em território turco. Visto como um porta-voz do PKK, o Governo Regional do Curdistão (KRG, sigla em inglês), existe desde 1992, está localizado no norte do Iraque, e realmente usufruiu de maior poder desde então. Quando se iniciaram os ataques turcos contra os curdos no Iraque, o tema gerou novamente uma polarização na Turquia temendo a sua segurança e como consequência para sua obtenção, o uso da força militar contra os curdos (LEÃES, 2014; ROBERTO, 2018).

O ano de 2007 marca a retomada de ataques pelo PKK em solo turco. O parlamento turco autorizou que as Forças Armadas atacassem os acampamentos do PKK em solo iraquiano. Após muita pressão das Forças Armadas turcas, Erdoğan reconheceu tal governo objetivando solidificar uma possível resolução para a questão curda no país. O resultado foi

o pedido do KRG ao PKK para que abdicasse de suas armas, alegando que o partido de Erdoğan, AKP, verdadeiramente queria solucionar o conflito (LEÃES, 2014).

Em novembro do mesmo ano, Erdoğan viaja para Washington para visitar George Bush, presidente norte-americano na época. Na oportunidade, Bush declarou que o PKK era inimigo de ambos e compilaram uso de dados do PKK no Iraque em prol da Turquia, além de ataques aéreos realizados contra campos do PKK. Houve um acordo com o KRG de que os atacados seriam somente o PKK (esta aproximação ocorreu pela primeira vez na história). Erdoğan notou que, sem o apoio de curdos iraquianos, não era possível vencer o PKK, e que iria prevenir o surgimento de um Estado curdo iraquiano independente (ROBERTO, 2018). Ancara acusou diversas vezes Washington de serem generosos demais com os curdos, e solicitou a estes que tomassem a causa e pressionassem mais os líderes curdos.

Contudo, como os EUA tem financiado os curdos para que combatam o Estado Islâmico, e a Turquia possui seus embates particulares com os curdos, a Turquia tem dado sinais de descontentamento (MENDES, 2008). Segundo a ONG Pew Charitable Trusts, a maioria dos turcos, em torno de 80%, possuem uma visão negativa do governo americano e os culpa pela morte de trinta e cinco mil indivíduos entre turcos e curdos que morreram em batalha pela disputa de território traçada pelos Estados Unidos.

Barzani, líder do KRG, solicitou à Turquia que realizasse investimentos na região, principalmente no setor petrolífero e, em outubro de 2010, um oleoduto foi construído entre a região e o território turco. A proximidade fez com que fosse instalado um consulado em Erbil (capital do Curdistão iraquiano), tendo os EUA como próximo a fazê-lo (ROBERTO, 2018).

No ano de 2009, criou-se um “Projeto de Unidade Nacional” com o objetivo de proporcionar uma abertura democrática, sob um viés de uma Constituição mais democrática, defendendo as minorias e viabilizando as liberdades civis. Constituindo assim, meios não militares de frear o PKK. De qualquer forma, o reconhecimento do partido AKP de que a questão curda existia, já era algo plausível, tendo em vista que outros governos não o fizeram (ROBERTO, 2018). No mesmo ano, houve a esperança de que os guerrilheiros do PKK se entregassem. Oito deles, inclusive, adentraram o território turco e após serem interrogados, foram soltos. Tal acontecimento foi apaziguado pelas ações da mídia (ROBERTO, 2018, p. 50).

A Turquia criou a Operação Primavera da Paz (2019) por temer que tropas estadunidenses e seus aliados curdos adentrem seu território e, por esse motivo, almeja criar

nas fronteiras uma “zona segura”, ou “zona tampão”, com 480 quilômetros de extensão, buscando neutralizar assim a ameaça. O governo turco garante que a intenção é proteger seu território e cidadãos, e não invadir e tomar território sírio. Após aumento de tensão no conflito, com a mediação da Rússia consentiu-se um cessar-fogo entre tropas locais e o exército turco (RAMOS, 2020).

Em outubro de 2019, após pressão turca e fortes julgamentos tanto de americanos quanto de outros países, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, retirou suas tropas da região. A rede de notícias americana BBC remonta o ocorrido: “Comboios de caminhões com veículos blindados e tanques foram vistos indo para a cidade de Akcakale, na fronteira com a Turquia” (BBC, 2019).

Os EUA ainda acusa a Turquia de agir unilateralmente, e declaram a suspeita de possíveis membros do Estado Islâmico estarem dentro desta “zona segura” objetivada pela Turquia. Possivelmente, militantes do EI realizaram três ataques suicidas em Raqqa - a cerca de 80 quilômetros ao sul de Akcakale - na fronteira com a Turquia. Todavia, não houve confirmação de vítimas (BBC, 2019). Os líderes curdos informaram estarem mobilizando seu povo para marchar em direção à fronteira turca e cumprir seu dever como cidadão e lutar pela nação.

A Turquia quis dismantelar as oposições de Bashar Al-Assad, contendo o avanço curdo ao impedir sua unificação - dadas as duas regiões que habita - e criando novas zonas de reassentamento de refugiados. Todavia, a OTAN não apoiou tal ideia tendo em vista que, com o apoio da Rússia a Bashar na Síria, a OTAN estaria declarando um embate e geraria conflitos com o governo russo, o que não era desejável (ROBERTO, 2016). Além disso, qualquer intensificação do embate geraria em grandes prejuízos para a Turquia tendo em vista sua débil economia.

O PKK também é contra o Estado Islâmico e, por esse motivo, tem sido financiado pelo Estados Unidos para combatê-lo. Com a Guerra Civil Síria e o enfraquecimento do Estado, os curdos conseguiram expandir seu território. Na chamada “montanha”, um território montanhoso contestado entre Iraque, Turquia e Irã, são encontrados curdos armados motivados pelo PKK que buscam apropriar-se do local, afirmando que reagiriam a qualquer confronto, motivado por quaisquer partes. A Turquia autorizou seus militares a intervirem no Curdistão iraquiano e expulsarem os curdos do local. Os Estados Unidos respondeu a autorização, dizendo que a Turquia deveria respeitar a soberania iraquiana que também permeia o local (MENDES, 2008).

Além disso, conforme já dito, a relação conflituosa entre os turcos e os curdos é um dos impedimentos para a inserção da Turquia na União Europeia. A última preza pela liberdade ideológica, religiosa (mesmo que com Estados de maioria cristã) e não tolera a repressão e conflitos armados, que a Turquia e os grupos curdos promovem. A União Europeia defende a paz, a justiça e bem-estar dos indivíduos. Dessa forma, para que no futuro a inserção da Turquia na Europa se concretize, os curdos e turcos deverão entrar em consenso e estabelecer uma relação fraternal nos limites territoriais da República da Turquia (PASSOS, 2005).

Já existe uma mobilização para que isto ocorra. A Turquia tem permitido a reprodução de programas de rádio e televisão em outras línguas frisando a liberdade de expressão e inclusão de algumas minorias na sociedade turca. Conforme Mendes (2008), são mais de 14 milhões de curdos turcos, cerca de 20% da população que neste viés está sendo representada.

2.4. O Envolvimento Turco na Guerra na Síria

Durante a Guerra Fria, a convivência entre Turquia e Síria era amigável. Todavia, o governo turco ameaçou invadir a Síria em 1998 caso continuassem a apoiar os separatistas curdos. Sua relação, desde então, é pautada por desavenças, tendo em vista que a Síria aceita a etnia curda e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão e permite que militantes ocupem parte do território sírio, formando o Curdistão. Já a Turquia, tem tido mudanças internas relevantes como o reconsiderar de suas relações com o Governo Regional do Curdistão após o Iraque o ter reconhecido como tal (D'ALEMA, 2017).

A capital, Damasco, acabou encerrando em 1998 “[...] os campos de treino do PKK e expulsou o líder do partido, Abdullah Öcalan, a quem dera refúgio (e que viria a ser preso na Turquia no ano seguinte)” (MENDES, 2008, p. 3; LEÃES, 2014, p.63). Após tal ocorrido, as relações bilaterais entre estes melhoraram, e buscou-se aproximação através de ligações políticas e econômicas.

Além da divergência de opinião quanto aos curdos, Turquia e Síria disputam o controle aquático dos rios Tigre e Eufrates, que também gerou brigas com o Iraque. A construção de represas turcas às margens dos rios embraveceu Damasco, já que tal ação diminuía o controle sírio sobre as águas. A relação Turquia x Síria x Irã x Iraque se explica ao passo em que, mesmo que Turquia e Irã possuam relações comerciais ambíguas, o Irã, ao

contrário da Turquia, apoia o governo de Assad na Síria e disputa com a Turquia o poder de influência na região do Iraque (LEÃES, 2014).

Um acordo de livre comércio foi criado em 2004 e posto em prática a partir de 2007, fazendo com que as exportações da Turquia para a Síria e vice-versa tivessem um desdobramento tornando-as principais parceiras comerciais. Em 2005, o então presidente da Turquia, Abdullah Gül, acompanhado do Primeiro Ministro - na época Erdoğan¹⁴, receberam a visita do presidente sírio Bashar al-Assad, fato que jamais havia ocorrido desde a independência Síria perante a França em 1946. A aproximação turco-síria fez com que se facilitasse a negociação do Presidente Assad com o governo libanês para a saída de tropas sírias de tal território em 2005 após o assassinato do Primeiro-Ministro libanês Rafic Hariri (ROBERTO, 2018).

O AKP deixou claro que ambicionava maior aproximação com a Síria, tanto é que em 2005 realizou uma visita a Damasco, algo que não acontecia há décadas. O governo turco mediou “[...] quatro rodadas de negociações indiretas entre Israel e Síria em 2008, até que os ataques israelenses em Gaza encerrassem os canais” (ROBERTO, 2018, p. 54). No ano de 2009, Ancara e Damasco assinaram um acordo para implementar uma área de livre transição de turistas que não necessitavam de vistos para estada nos países.

Fazendo um comparativo, no ano de 2000 a Turquia vendeu cerca de 184 milhões de dólares para a Síria, e mais de 1,6 bilhões em 2010. Contudo, em 2011 com a pressão para que Bashar al-Assad renunciasse ao cargo de Primeiro-Ministro, houve uma queda drástica desses números (LEÃES, 2014). Com a ascensão das mobilizações no Oriente Médio através da Primavera Árabe, a Turquia passou a deter-se mais arduamente na região (BASTOS, 2018).

Inicialmente, o AKP numa perspectiva de política externa, viu as mobilizações no Oriente Médio como uma oportunidade de inserção mais minuciosa na região abalada. Com isso, uma nova concepção de política externa foi criada a partir de confiança, a qual ignorou a moderação e partiu para uma ação mais violenta e assertiva, ambicionando tornar-se de fato um líder regional e articulador de possíveis mudanças, como a de um “efeito demonstrativo”. Este rótulo foi garantido pelos sete países árabes que concordaram com o

¹⁴ Recep Tayyip Erdoğan foi Prefeito de Istambul de 1994 a 1998, Primeiro-Ministro da Turquia de 2003 a 2014, e Presidente da Turquia de 2014 a atualidade. Todavia, mesmo sendo considerado agora Chefe de Estado, é Erdoğan quem age como Chefe de Governo também.

papel essencial da Turquia em uma pesquisa realizada pela Fundação Turca de Estudos Sociais e Econômicos (ROBERTO, 2018).

De acordo com o trabalho desenvolvido por Roberto (2018), mesmo após eventos de aproximação em anos anteriores, Erdoğan, frente ao conflito Sírio, pressionou Assad para que cedesse a alguns pedidos dos manifestantes - momento este delicado tendo em vista as eleições internas turcas (2011). Após as eleições, perdeu-se o desejo de pressionar Assad e findou-se totalmente sua relação com o regime sírio em 21 de setembro de 2011. O ocorrido marcou o fim da política de “Zero Problemas com Vizinhos”, focando nos grupos políticos que pudessem vir a aderir ao “modelo turco”. Desse modo, afirmou Davutoğlu (Primeiro-Ministro na época) que a Turquia rompia agora os laços com o governo de Assad para que, no futuro, tivesse bons com a Síria.

Com a eclosão das revoltas árabes, Erdoğan queria transparecer um perfil inspirador aos seus vizinhos, embora alguns autores acreditassem que a Turquia e outros países do Oriente Médio, vivessem em contextos distintos. Além disso, nem sempre os processos de ocidentalização são bem vistos pelos islâmicos, como ao exemplo de interferência para que grupos políticos antiocidentais não chegassem ao poder de seu país (ROBERTO, 2018). Outro ponto seria o de que a religião por vezes constitui a base política e legislativa no Médio Oriente, prática não tão comum no mundo ocidental.

Apesar de Ancara ver na Primavera Árabe uma possibilidade, também transmitia um cenário de volatilidade, onde muitas coisas poderiam acontecer. Sendo assim, aqueles responsáveis por determinar a política externa turca tinham de estar aptos a enfrentar qualquer tipo de mudança súbita. As elites políticas turcas acreditavam que os regimes autoritários no Oriente Médio não sobreviveriam e, por isso, inicialmente estiveram do lado das revoltas. Erdoğan aclamou a chance de reforma e liberalização política. Assim sendo, apoiou as revoltas contra o governador do Egito, pedindo que Mubarak deixasse o governo; com a Líbia foi mais circunspecto tendo em vista a presença de muitos turcos neste país e os investimentos financeiros realizados lá (ROBERTO, 2018).

Devido ao enfraquecimento militar gerado por medidas do partido AKP, a conjuntura doméstica encarada em 2011, foi muito distinta da de 2002 quando iniciou o mandato. Resultado este positivo quando, ao agir de maneira diferente no Oriente a partir de 2011, não é pressionado e criticado arduamente pelas instituições kemalistas (ROBERTO, 2018).

O domínio eleitoral do partido de Erdoğan na época, coagia a oposição e resultava em impedimentos quase inexistentes para a realização das reformas desejadas. Contudo,

pensando na política externa, tal pensamento pode gerar também benevolência do governo ao pouco temer a vitória do oponente, e assim não trabalhar tão arduamente nas mudanças necessárias. O abuso de poder e corrupção podem, de igual forma, surgir nestes casos.

Percebendo que somente o seu afastar não seria o suficiente para frear o governo sírio, Erdoğan optou por apoiar diretamente a oposição deste. Assim sendo, entre novembro de 2011 e janeiro de 2012 passa a corroborar com a Liga Árabe e, posteriormente, o Plano Annan, estes que acabaram por fracassar no objetivo de impedir que o conflito se torna-se militar. No decorrer daquele ano, Erdoğan alinhado aos seus aliados ocidentais - inclusive a Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana, e outros países da região, estabeleceu o envio de recursos militares e financeiros aos rebeldes. Ainda, a partir da fronteira entre Turquia e Síria adentravam soldados que defenderam os revolucionários (ROBERTO, 2018).

Um dos grupos políticos de tipologia islâmica que lideravam as mobilizações da Primavera Árabe, era o partido da Irmandade Muçulmana¹⁵. Com as revoltas árabes, tinha-se a esperança de que estes grupos chegassem ao poder implementando um regime mais liberal, o que gerava certa suspeita aos países ocidentais. Ao contrário do que se pensa, estas suspeitas não eram advindas de questões democráticas e liberais, mas sim em relação aos objetivos estratégicos que teriam como um todo. Porém, a Turquia não se amedrontava com tais grupos políticos tendo em vista que consideravam o governo turco competente sob perspectiva do “modelo turco” já exposto anteriormente (ROBERTO, 2018).

Depois de desprezar atitudes igualitárias e acabar por perder sua legitimidade, estes grupos políticos, no pós-2011, passam a adotar uma “nova forma de política religiosa” mais democrática, mas sem perder a devoção. Quando os principais grupos islâmicos surgiram, de um modo generalizado, evoluíram da Irmandade Muçulmana, tendo como principal ideia a de institucionalizar a *sharia*, que seria o direito islâmico. Contudo, após 1990 já objetivavam implementar “[...] reformas democráticas, comprometendo-se publicamente à alternatividade de poder, soberania popular e independência judicial.” (ROBERTO, 2018, p. 73). Não significando especificamente que estes seguidores da *sharia* agora sejam liberais, pois mantém um perfil conservador dado o peso da religião aplicada na forma que levam a vida.

¹⁵ Grupo étnico-religioso com o objetivo de “islamizar” a sociedade, ou seja, disseminar a prática do Islamismo (LIMA, 2015).

Além disso, houve a expansão do mundo dos negócios no âmbito governamental onde o governo da Turquia atuava como protetor das empresas turcas. Escritores como Roberto (2018) acreditam que as grandes empresas turcas não evoluíram somente por conseguirem adentrar os mercados de países vizinhos, mas sim pelas tratativas mediadas pelo governo turco internacionalmente até. Outrossim, a entrada de ONGs no país, difundia um perfil turco mais positivo e ambíguo.

Em abril de 2011 ocorreu o “Encontro de Istambul pela Síria” promovido por uma ONG turca clamando pelo fim da violência provocada pelo conflito, em especial do governo de Bashar al-Assad, e que promovesse ideais de multipartidarismo acompanhado de uma nova Constituição. Um segundo encontro intitulado “Conferência Síria pela Mudança”, com as tratativas de agrupar os diversos grupos étnicos sírios estabelecidos. Algum tempo após tais conferência em busca da paz, refugiados sírios fugindo dos conflitos sangrentos de seu país começam a adentrar a Turquia que deixou suas fronteiras “[...] relativamente abertas, o que permitiu que a oposição transportasse bens e pessoas para as áreas que controlavam” (ROBERTO, 2018, p. 79).

Devido as fortes intervenções externas no conflito e uma projeção global deste, tornou-se interessante para o governo turco intervir, pretendendo assim, obter maior visibilidade frente a outros atores internacionais. Ancara tentou convencer o governo sírio de que uma reforma no país era necessária, tendo Assad ignorado tal sugestão (BASTOS, 2018). Lutando arduamente, o governo de Bashar conseguiu retaliar muitos de seus opressores e ainda os expulsar para o território da Turquia como represália (LEÃES, 2014).

Depois das eleições de 2008 nos Estados Unidos, Obama engendrou nova postura perante a Turquia e o Oriente Médio. Este prometeu diminuir a presença diplomática e militar na região após os episódios no Afeganistão e no Iraque. Contudo, com a Primavera Árabe, novas ameaças surgiam para os norte-americanos, os quais passaram a promover aliados regionais, dando enfoque a Ancara. De fato, a primeira viagem internacional de Obama como Presidente foi para a Turquia, tendo inclusive discursado no parlamento turco. Reconhecia a Turquia como país muçulmano, democrático, próspero e economicamente forte (ROBERTO, 2018).

Os Estados Unidos já possuía uma tradição em temer revoluções e por isso receou a ascensão de países envolvidos nas revoltas. Além disso, por ainda não possuírem uma estratégia perante os acontecimentos na região do Oriente Médio, preocupavam-se em agir

e acabar por gerar um novo conflito de grande proporção. Assim, o governo de Obama optou por aproveitar-se dos benefícios de alinhamento com o governo de Erdoğan.

Em contraponto, o AKP usou do seu “modelo turco” para obter um posicionamento cordial diante do alvoroço das revoltas árabes. Porém, não se pode ter certeza de que os partidos islâmicos que chegassem ao poder após as revoltas, se alinhariam com os EUA. Assim sendo, surgia o medo de que o progresso de Erdoğan encorajaria a oposição islâmica na região (ROBERTO, 2018).

Em outubro de 2011, numa assembleia da ONU, buscou-se emitir uma sanção contra a Síria. Em fevereiro e junho de 2012 outras duas, tendo como última delas a de agosto de 2013 com o intuito de acusar o país pelo uso de armas químicas - estas supostamente fornecidas pela Rússia, conhecida pelo desenvolvimento deste tipo de armamento. Outrossim, o Conselho de Segurança possuía um plano de paz que seria aplicado após a retirada das tropas do regime do governo sírio das ruas. Ademais disto, uma outra resolução intitulada “Missão de Supervisão das Nações Unidas para a Síria” com a duração de 90 dias com o objetivo de observar e acabar com a violência no país. Findadas as alternativas, coube a ONU emitir informe a respeito dos direitos humanos e suas garantias (GHOTME; RIPOLL, 2014).

O governo turco usou de sua aproximação com a Rússia em 2016 para se impor e pedir auxílio na resolução da Guerra Civil Síria. Em visita do Presidente russo Vladimir Putin à Síria neste ano, este aconselhou Assad a conciliação com Erdoğan. Em 13 de janeiro conselheiros de segurança de Turquia e Síria se encontraram em Moscou (RAMOS, 2020).

A Rússia busca guiar a Turquia para diálogos diplomáticos com a Síria, e não a intervenção direta no território sírio motivada pelas complicações da Guerra da Síria (RAMOS, 2020). Assim, em janeiro de 2017, aliados com o Irã, lançaram o processo de Astana objetivando o fim do conflito. Outra iniciativa foi a de criar uma zona desmilitarizada entre os rebeldes e al-Assad, para proteger a população (BASTOS, 2018). Nessa oportunidade, Erdoğan estreitou laços com o Irã sendo que ambos são contra o atual governo na Síria - a Turquia porque acredita que estes possuem os curdos como aliados, e o Irã porque deseja afastar os Estados Unidos da região (BASTOS, 2018).

Há muito Ancara deseja uma intervenção internacional na Síria. Em 4 de Fevereiro de 2012, uma resolução contra Assad na ONU foi vetada pelos governos de Rússia e China (LEÃES, 2014). Naquele mês, o grupo Amigos da Síria foi instituído na Tunísia, o qual passou a colaborar com a rede de apoio aos rebeldes. Porém, tais iniciativas de apoio

passaram a gerar novas autoridades independentes, não necessariamente coordenados em oposição unificada à Assad. Tal proliferação desenfreada fez com que Bashar al-Assad divulgasse-os como “[...] insurreição armada financiada por estrangeiros com o objetivo de desestabilizar a Síria segundo o interesse de políticas externas” (ROBERTO, 2018, p. 82).

Autorizada pelo parlamento turco, as Forças Armadas puderam atuar em território estrangeiro, servindo como dissuasão para com a Síria, e não como provocação. Por não ser ameaçada diretamente, a Turquia não tomou nenhuma medida unilateral em relação à Guerra da Síria. Além disso, a presença de grupos jihadistas na oposição ao governo de Assad, assim como atuava a Turquia, não era visto com bons olhos no âmbito internacional. O governo turco se posicionou contrário às propostas de intervenções ocidentais diretas no território sírio, mas reiterou que o estado de calamidade e violência na Síria, precisava ser findado (ROBERTO, 2018).

No início do conflito, em 2012, o secretário-geral da ONU na época, Ban Ki-moon, declarou que era inaceitável que o governo sírio utilizasse de força letal contra a população (DOS SANTOS, 2012). A Turquia declarou que iria dedicar-se para a construção de campos de concentração de refugiados¹⁶ nas zonas de contenção, com capacidade de cerca de um milhão de pessoas, para abrigar sírios que fugiam da guerra (RAMOS, 2020).

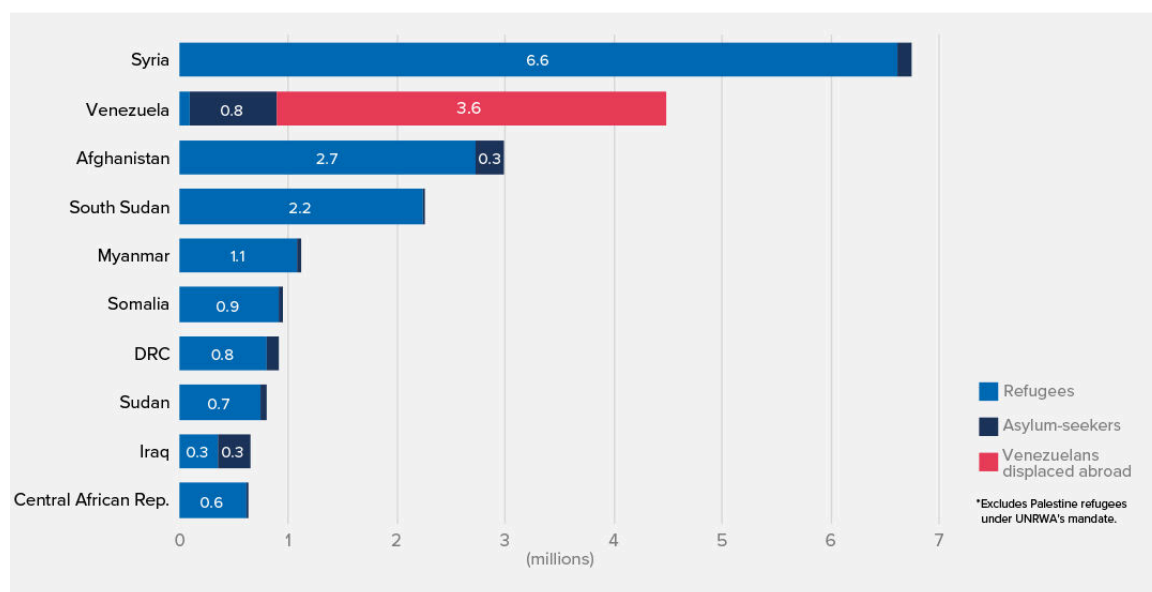
Alguns destes refugiados, ao fugirem da Síria, passam pela Turquia antes de seguirem para as delimitações da União Europeia. Desta forma, a Turquia é considerada um Estado de “realismo moral” ao tomar tais atitudes humanitárias, e um país-triagem para a entrada de refugiados sírios na Europa, e assim, prospera a relação do governo turco com a União Europeia (BASTOS, 2018). A Turquia deixa de lado o sentido de acolhimento ao fazer uso de política de barganha para com a União Europeia, impedindo que todos estes refugiados adentrem o território europeu, destino que seria o escolhido.

Em 2020, as Nações Unidas declararam que existem 5,5 milhões de refugiados sírios em busca de asilo (Gráfico 2). Destes 3,5 se encontram na Turquia (Gráfico 3) (RAMOS,

¹⁶ Entende-se por “refugiado”, conforme o Estatuto dos Refugiados o pela Convenção de Viena em 1951, como: “[...] qualquer pessoa que por medo bem fundado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social em particular ou opinião política, está fora de seu país de nacionalidade e está incapaz, ou devido a tal temor, não pode se valer da proteção de tal país; ou que não tendo nacionalidade e estando fora do país de sua residência habitual, está incapaz, ou devido a tal temor, não pode voltar ao país (DE ANDRADE, 2011, pg. 123).” Conforme o correspondente das Nações Unidas no Brasil, a ONU Brasil (2019), mais de 11 milhões de pessoas precisaram de ajuda humanitária em 2019. Agências como a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e a OCHA (Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários) têm auxiliado esses indivíduos para realocação e prover melhores condições de vida. A Assistência Humanitária da ONU alimentou em 2018 cerca de 3,37 milhões de pessoas por mês e forneceu tratamento médico para quase 3 milhões (DOS SANTOS, 2012).

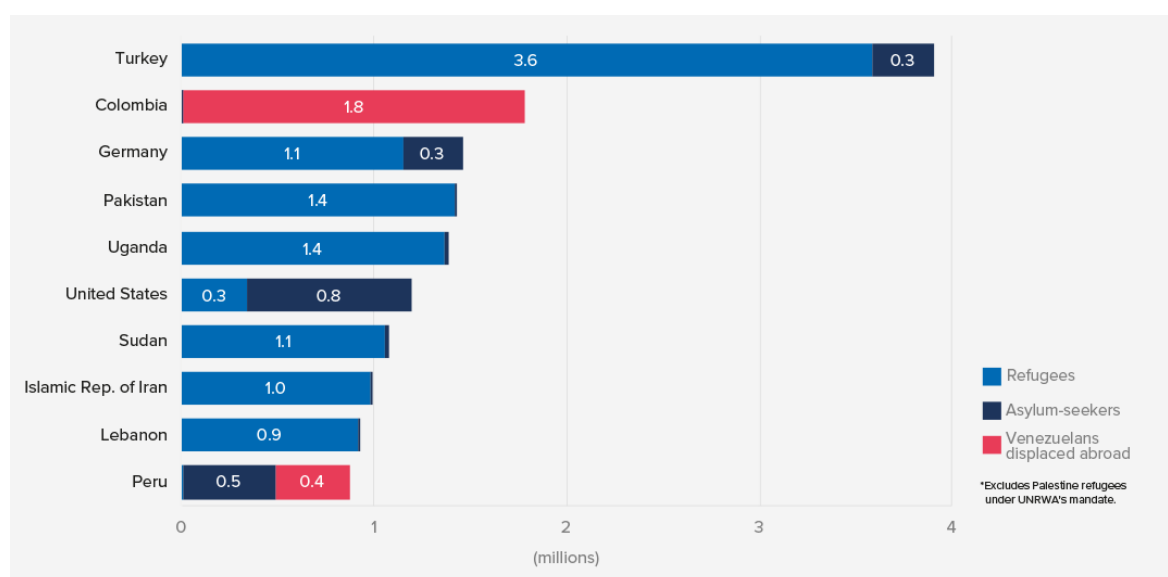
2020). Essas pessoas fogem da guerra em busca de sobrevivência, por ser um conflito sangrento e de luta armada. E o Estado, que deveria ser o garantidor do bem-estar social, é um dos lados do conflito e acaba por ser um dos causadores do êxodo no país. Estes civis, os refugiados, foram privados de suas atividades rotineiras, de seu trabalho, bens, direitos à saúde e educação, vivendo sem alimento e perdendo entes queridos para a guerra.

Gráfico 2. Deslocamentos Internacionais por Países de Origem (2019)



Fonte: UNHCR (2019).

Gráfico 3. Deslocamentos Internacionais por Países Anfitriões (2019)



Fonte: UNHCR (2019).

Ao serem transferidos para acampamentos de refugiados, estas pessoas dividem cabanas improvisadas com outras famílias e lutam, diariamente, por direitos básicos. Além disso, os refugiados sírios podem vir a ser perseguidos pela opinião política como se estivessem “fugindo” do seu dever civil, ou ainda serem considerados seguidores de algum grupo social e, como consequência, são atormentados constantemente.

Um dos problemas encontrados é que, mesmo quando transferidos para alguns acampamentos, estes acabam sofrendo perdas por fenômenos naturais como tempestades de vento e alagamentos. Essas pessoas dependem ainda de recursos advindos de doações da ONU e do setor privado. Em 2018, segundo o site oficial da ACNUR, foram cerca de 5 bilhões de dólares arrecadados. Estes recursos são utilizados para fornecer alimento, itens de higiene básica e roupas para os refugiados.

Além da Turquia e da Grécia, possui-se como rota de fluxo migratório a região do Mediterrâneo Central (Itália). A União Europeia tem feito uso do FRONTEX, um órgão europeu que visa a coordenação entre Estados-membro para o controle de fronteiras, visando a melhoria na triagem desses e o impossibilitar de que se tenha refugiados ilegais no país. Após forte relutância, a União Europeia agora aceita mais facilmente a entrada de pessoas nesta situação em seu território. É estimulada por forte pressão e intimidação de órgãos internacionais de proteção, como a ONU (MARCELINO, 2012).

Ancara já esteve envolvida com outras crises humanitárias tendo prestado auxílio em países como Somália e Myanmar, validando um perfil de mediador enfatizado por Erdoğan num discurso da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018 (BASTOS, 2018). Conforme Andrade (2013), em janeiro de 2013, um pouco mais de um ano depois do início do conflito na Síria, a Turquia já contava com 150 mil refugiados espalhados em dez acampamentos, sendo apontada como um dos quatro Estados que mais recebem refugiados em decorrência do conflito sírio.

2.5. Conclusões Parciais

O Kemalismo surgiu para findar o dogma do Otomanismo, e modernizar o país quando a Turquia se tornou uma República. Todavia, acabou se tornando um dogma também, servindo como ferramenta de supressão da própria cultura ao negar o Islamismo e promover o secularismo no país. Recep Tayyip Erdoğan ao assumir como Primeiro-Ministro em 2003, consegue governar concomitantemente com os dois perfis da Turquia - kemalista

e islamista - obtendo sucesso em múltiplas reformas instituídas, além de estreitar os laços com os Estados Unidos e a União Europeia, e valorizar as relações da Turquia com o Oriente Médio, algo que há muito não se fazia.

“Diante da eclosão das revoltas árabes em 2011, a Turquia passou por uma inflexão em sua política externa, adotando uma postura que a consolidou como um dos mais importantes atores no Oriente Médio” (ROBERTO, 2016, p. 9). A nova atuação internacional turca é sistematicamente estratégica e objetiva tornar-se um “Estado Central” que, por possuir várias identidades regionais e localizando-se entre Europa e Oriente, agiria ativa e simultaneamente nestas, promovendo iniciativas diplomáticas (ROBERTO, 2016).

Desde que Erdoğan assumiu o governo, buscou enfrentar algumas ameaças que prejudicassem o andamento do país. A primeira delas os curdos, depois o Estado Islâmico. Entretanto, tais ações o colocam em choque com os parceiros da OTAN tendo em vista que estes, a exemplo dos Estados Unidos que é aliado dos curdos (oponente turco). Além disso, Erdoğan tem buscado acordos bilaterais com países importantes do bloco europeu (BASTOS, 2018).

No período pós-Primavera Árabe, foram instituídas políticas externas de curto prazo, decisões estas adotadas de forma mais pessoal, tendo Erdoğan no seu gerenciamento, adjunto às políticas internas. O perfil do governante nas tratativas domésticas se projetou no estrangeiro (BASTOS, 2018). Seguindo com a ideia de política externa realista, as chances da Turquia de entrada na UE aumentaram. Todavia, a Turquia deve evitar retrocessos em relação ao “modelo turco” já estabelecido, pois este é sinônimo de força e controle para o seu Estado, além de enfraquecer a tese de assemelhar-se ao Ocidente (ROBERTO, 2018).

No conflito Sírio, nenhum desfecho é favorável à Turquia. Segundo Arraes (2016), os atores que possuem chance de tomada de poder são o “Partido Baath, Califado ou Partido da União Democrática que é associado ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão”. Sabe-se que crises no governo, problemas econômicos e insatisfação da sociedade, podem acarretar na descontinuidade do governo de um presidente, até mesmo para Erdoğan que está há 15 anos no governo. Contudo, até o final do seu governo, ele poderá mudar o modelo de governar mostrando qual lado irá apoiar e quais medidas serão tomadas em busca de benefícios com a Guerra Civil na Síria.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No discorrer deste trabalho, buscou-se analisar a política externa da Turquia, desde sua proclamação como república em 1923 até a atualidade. O cerne da pesquisa se estabeleceu nos governos do partido AKP sob liderança de Recep Tayyip Erdoğan, por ser considerado até então o ápice das relações internacionais turcas, e os interesses do governo da Turquia na Guerra Civil Síria.

No primeiro capítulo procurou-se entender o desenvolver histórico da Síria com a posse de Bashar al-Assad ao governo, substituindo o falecido pai. Também se explorou as motivações da Primavera Árabe e consequente Guerra Civil Síria. No segundo capítulo, detalhou-se a história e a política externa da Turquia desde o período do Império Otomano até os dias atuais com o governo de Recep Tayyip Erdoğan. Neste contexto, foi abordado a emancipação do território turco, suas relações com a União Europeia e com o Oriente Médio, focando no envolvimento com a Guerra na Síria.

Ainda antes de Erdoğan, sob governança de Mustafá Kemal Atatürk, surgiu o modelo de política kemalista a qual ambicionava maior modernização do país, possuindo resultados positivos. Inicialmente via-se o Kemalismo como uma negação do Islamismo e da religião. Mais tarde, já nos governos de Erdoğan e com a elaboração do “modelo turco”, pretendia-se unir os dois dogmas turcos, o Islamismo e o Kemalismo - a religião/tradição com a modernização. Embora questionado por muitos pensadores e até pela população turca, o projeto proposto permanece em vigor e foi, inclusive, elogiado por lideranças mundiais, que acreditavam poder ser aplicado em outros países do Oriente Médio. O “modelo turco” é sinônimo de força para a Turquia e deve permanecer em atividade. Outra característica da Turquia que pode ser considerada como estratégica, é por ser localizada na Eurásia, ponto de junção dos dois continentes, Europa e Ásia.

Além dos projetos de ocidentalização, a Turquia realizou diversas reformas constitucionais no país. Presumiu-se que a busca pela modernização, traduzia-se na estratégia da Turquia de assemelhar-se com os países europeus e com o Ocidente, para tentar demonstrar a estes que estaria apta a adentrar na União Europeia. Um empecilho para que isto ocorra, também pode ser considerado a questão dos curdos que objetivam formar o Curdistão, empossando-se de territórios de países do Oriente Médio, inclusive da Turquia. Sendo que a disputa histórica entre Turquia e curdos turcos envolveu até mesmo tentativas de golpe de Estado, e confronto direto, situação não bem vista pelos europeus que acreditam ser necessário pôr um fim ao assunto.

No mesmo período, houve a tentativa de recolocar-se como líder no Oriente Médio, e transparecer no cenário internacional como um possível apaziguador dos conflitos regionais, e um ator importante na região. Um exemplo desses conflitos é a Guerra Civil Síria que iniciou em 2011 na Tunísia, decorrente das revoltas da Primavera Árabe. Essas mobilizações almejavam a saída dos governantes ditatoriais, promovendo a democracia e melhores condições de vida. Os rebeldes tiveram êxito em países como Líbia, Tunísia e Egito. Contudo, na Síria desenvolveu-se para um conflito armado que permeia até hoje.

A compreensão do tema faz-se crer que a principal consequência do conflito é a situação de caos que se instaura nas cidades e as condições nas quais os civis passam a viver, além das inúmeras mortes ocasionados pelas guerrilhas. Ademais, ao analisarmos os atores envolvidos no embate, denota-se que a pluralidade de interesses e a quantidade de agentes dificulta o seu término. Outrossim, já se possui muitos debates acerca de financiamentos para a reconstrução das cidades devastadas pela Guerra, tendo principais apostas advindas do Ocidente.

Os rebeldes sírios da ELS também atacam o governo usando o poderio militar patrocinado por Estados como os EUA. Bashar al-Assad, enquanto estiver no poder e puder usar o Exército Nacional, não entregará o governo. Somente uma pressão internacional muito forte poderia abalar o governador. Enquanto Rússia e China apoiam o presidente e possuem cadeiras na ONU, esta nada pode fazer.

Para obter bons resultados na Guerra da Síria, o presidente Bashar al-Assad tem buscado apoio internacional, até mesmo de forma financeira, no combate aos rebeldes. No período pós-Primavera Árabe, a Turquia por exemplo, passou a adotar políticas de curto prazo, pensando ser a assertividade a melhor escolha. Com o êxodo de civis do país em decorrência dos embates, estes são encaminhados à Turquia como refugiados.

A hipótese norteadora da pesquisa era que as intenções da Turquia para um melhor posicionamento perante a comunidade internacional e melhora nas relações bilaterais com alguns países. Após a referida análise, firmou-se a hipótese sugerida, focando principalmente na finalidade turca de tornar-se uma potência regional provedora e uma liderança para os países do Oriente Médio, deixando em segundo plano a ideia de fazer parte da União Europeia. Porém, atribuiu-se mais pontos de reflexão quanto à política externa turca. Foi possível identificar a importância de fixar a participação turca na OTAN, e o quanto os Estados Unidos, sendo o criador da organização, pode interferir em tal medida.

Os Estados Unidos e a Rússia atuam como potências mundiais ao intervirem de forma direta e indireta no conflito, cada um apoiando um dos lados do confronto, ambicionando efetivar ainda mais seus posicionamentos como líderes mundiais e confrontando-se bilateralmente. Agora, com o democrata Joe Biden eleito Presidente dos EUA, relações bilaterais entre EUA e Turquia podem mudar. Essa possibilidade surge principalmente pela proximidade que tinham Erdoğan e o republicano Donald Trump, ex-presidente e concorrente de Biden nas eleições norte-americanas deste ano.

Recep Tayyip Erdoğan, tem permanecido no poder da Turquia já há muito tempo. Seis anos como Presidente e, antes disso, onze anos como Primeiro-Ministro. Por isso, questiona-se o que poderia ocorrer caso Erdoğan deixasse o seu posto como Presidente. Suas características demonstram o interesse turco de aprimorar e aumentar relações bilaterais. Com isso, tem feito uso de política de barganha para com Estados Unidos e Rússia, tendo em vista a rivalidade histórica destes, almejando ganhos pessoais. O que abala as relações entre EUA e Turquia hoje é o financiamento por parte dos Estados Unidos aos curdos, rival do governo turco, para que combatam o Estado Islâmico - organização jihadista que almeja apossar-se de territórios na região do Oriente Médio.

Portanto, percebe-se que a Turquia é um Estado em crescimento no sistema internacional, cujas decisões na política externa afetam diferentes atores. É importante ressaltar que sob a doutrina de “profundidade estratégica”, também conhecida como neo-Otomanismo, a Turquia vem fortalecendo as políticas internas para que tais ações se reproduzam externamente. Além disso, sua presença no cenário internacional tende a aumentar progressivamente. Por isso da importância de compreendermos o papel da Turquia no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

- ACN. Síria. **Revista RLRM**. 2016. Disponível em: <<https://www.acn.org.br/wp-content/uploads/attachments/RLRM-2016-Siria.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2019.
- Aljazeera**. US starts withdrawing Turkey from F-35 programme over Russia deal: Pentagon tells Turkey it's cancelling its purchase of F-35 jets if Ankara continues purchase of Russia S-400 system. 7 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2019/06/07/us-starts-withdrawing-turkey-from-f-35-programme-over-russia-deal/>>. Acesso em: 31 out. 2020.
- ARAUJO, Cintia Ribeiro. **Estados Falidos**: uma ameaça à Segurança Internacional. In: 3º Encontro Nacional ABRI, São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Seguranca_Internacional/SI%2006_Cintia%20Ribeiro%20de%20Araujo%20ESTADOS%20FALIDOS%20UMA%20AMEA%20A%20SEGURAN%20INTERNACIONAL.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- ARRAES, Virgílio. Guerra na Síria: a intrincada participação da Turquia, por Virgílio Arraes. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, 31 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?article=guerra-na-siria-a-intrincada-participacao-da-turquia-por-virgilio-arraes>>. Acesso em: 22 mai. 2019.
- BADIE, Bertrand. Printemps arabe: un commencement. **Études**, v. 415, n. 7, p. 7-18, 2011. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-etudes-2011-7-page-7.htm#>>. Acesso em: 31 mai. 2019.
- BARRINHA, André. A Turquia e a Primavera Árabe. **Ciência e Cultura**. São Paulo, Brasil, v. 64 no.4 Oct./Dec. 2012. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000400017>. Acesso em: 21 mai. 2019.
- BASTOS, Laura. A Ordem Internacional Pós-Americana: a Turquia e a luta pela relevância um mundo “pós-americano”. **Revista Relações Internacionais**, nº 6. Lisboa, dez. 2018. Scielo Portugal. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992018000500004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BBC News. Khalid Sheikh Mohammad: o ‘arquiteto’ dos ataques de 11 de Setembro que será julgado em 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49549021>>. Acesso em 26 nov. 2020.

BBC News. Turkey boosts troops to cross Syria border ‘shortly’. 9 out. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-49978567>>. Acesso em 28 ago. 2020.

BHARDWAJ, Maya. **Development Of Conflict in Arab Spring Libya and Syria: from Revolution to Civil War.** The Washington University International Review. Vol. 1, Spring 2012. Disponível em: <http://pages.wustl.edu/files/pages/imce/migration/wuir_spring_2012.pdf#page=76>. Acesso em: 1 mai. 2020.

BIJOS, Leila. DA SILVA, Patrícia Almeida. Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XVII, n. 59, p. 58-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1677/1707>>. Acesso em: 4 jun. 2019.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed., 5ª reimpressão, 2016. Vol. 2.

CALEIRO, João Pedro. Síria perdeu metade de sua economia com guerra civil. **Exame.** São Paulo, 28 out. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/siria-perdeu-metade-da-sua-economia-com-guerra-civil/>>. Acesso em: 4 jun. 2019.

CHAN, Sewell. Cyprus: Why One of the World’s Most Intractable Conflicts Continues? **The New York Times**, 7 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/11/08/world/europe/cyprus-reunification-talks.html>>. Acesso em 26 set. 2020.

CONDE, Gilberto. **Turquia, Síria e Iraque: entre amistad y geopolítica.** 1ª edição. Cidade do México, México. El Colegio de Mexico AC, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=_a_QDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=Turqu%C3%ADa,+S%C3%ADria+e+Ir%C3%A1q:+entre+amistad+y+geopol%C3%ADtica.&ots=oINRBxsri7&sig=C7sTfQINI-3lMigu0bnWtkD1DrU#v=onepage&q=Turqu%C3%ADa%2C%20S%C3%ADria%20e%20Ir%C3%A1q%20entre%20amistad%20y%20geopol%C3%ADtica.&f=false>. Acesso em: 05 jun. 2019.

COSTA, Antonio Luiz M. C. A partilha da pizza? A crise aberta pelas armas químicas pode ser superada por um acordo tácito entre os Estados Unidos e a Rússia. **Carta na Escola.** N 80, p. 26-27, out. 2013.

COSTA, Renatho. Muito além de uma guerra. Por que os ventos das revoltas árabes não sopraram a ponto de depor Bashar al-Assad e qual é a lógica de poder nessa região. **Carta na Escola.** N 80, p. 28-32, out. 2013.

DA COSTA, Jéssica Pereira. **O Islã, os muçulmanos e seus conceitos**: vocabulário de conceitos para o estudo do Islã e dos muçulmanos. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2016. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/o-islã.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

DA SILVA, Ana Karolina Moraes. SILVA, Renan Silvestro Alencar. **A Guerra na Síria e a luta pela unidade territorial**. Revista de Geopolítica, v. 9, nº 1, p. 80 - 93, jan./jun.2018. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/202/194>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

DE ANDRADE, George Bronzeado. A guerra civil síria e a condição dos refugiados: um antigo problema, “reinventado” pela crueldade de um conflito marcado pela inação da comunidade internacional. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 2, n. 2, p. 121-138, 2013. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/69>>. Acesso em: 30 mai. 2019

DE BUNES IBARRA, Miguel Ángel; BEYTAS, Halil. **El imperio Otomano y la República de Turquía**; dos historias para una nación. Debate y Perspectivas. Cuadernos de Historia y Ciencias Sociales, p. 173-189, 2002.

D’ALEMA, Francesco. The Evolution of Turkey’s Syria Policy. **IAI Working Papers**. 28 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.iai.it/sites/default/files/iaiwpl728.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

ERMIDA, Graça; FERNANDES, J. P. Teixeira. A política Externa da Turquia face ao Ocidente revisitada. **Revista Mural Internacional**. Periódicos da UERJ, ano 3 - nº 1, junho/2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5867/4244>>. Acesso em: 13 set. 2020.

FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique; AGUILAR, Sérgio LC. A guerra civil síria, no oriente médio e o sistema internacional. **Série Conflitos Internacionais**, v. 1, n. 6, p. 1-6, 2014. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/52574069/a-guerra-civil-siria.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_GUERRA_CIVIL_SIRIA_O_ORIENTE_ME_DIO_E_O.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190612%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190612T192820Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=82d2641f57476a0d95e7f6ac619b089123f9744e75d273305efaf82d99810c5b>. Acesso em: 21 mai. 2019.

GALVÃO, Thiago Gehre. **Responsabilidade sistêmica e o conflito no Oriente Médio**. Meridiano 47, v. 10, n. 102, p. 22, 2009.

GHIGGI, Luciana. **Estratégia de Integração Regional da Turquia: Cáucaso, Ásia Central e Oriente Médio**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28372/000770814.pdf?sequence=1>>. Acesso em 14 dez. 2020.

GHOTME, Rafat; RIPOLL, Alejandra. Las Relaciones Internacionales de la Guerra Civil Síria: Estados Unidos y Rusia en la lucha por el poder internacional. Bogotá, Colômbia: **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, vol. 9, nº 2, jul - dec. 2014. Universidad Militar Nueva Granada Colombia. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/927/92731753003.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2020.

HEMESH, M. **A National Model for Development and Reconstruction**. Economic Files. Damascus: Syrian Economic Society, 2014. Disponível em: http://www.mafhoum.com/syr/articles_14/2014-6.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2020.

HOUGH, Peter. MALIK, Shahin. MORAN, Andrew. PILBEAM, Bruce. **International Security Studies: theory and practice**. Routledge: 2015.

KAMRAVA, Mehran. **Beyond the Arab Spring: The Envolving Ruling Bargain in the Middle East**. Oxford University Press, Inc: UK, 2014.

LEÃES, Ricardo Fagundes. A Política Externa Turca Sob o AKP. **Revista InterAção**, v. 6, n. 6, jan/jun 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/52-78>>. Acesso em: 12 set. 2020.

LIMA, José Antonio Geraldês Graziani Vieira. A ascensão da Irmandade Muçulmana ao poder no Egito e seu impacto na política externa egípcia. São Paulo, 2015. **Universidade de São Paulo**, Instituto de Relações Internacionais, programa de pós-graduação em Relações Internacionais. Disponível em: http://143.107.26.205/documentos/Jose_Antonio_Geraldês_Graziani_Vieira_Lima.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

MARCELINO, Patrícia. A “Primavera Árabe” e o fluxo de refugiados para a União Europeia: comunicação num cenário de crise. **Revista Nação e Defesa**, 2012, nº 132 - 5ª série, p. 61 a 82. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7678/1/NeD132_PatriciaMarcelino.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

MATAR, Linda. KADRI, Ali. **Syria: From National Independence to Proxy War**. Palgrave Macmillan, Switzerland: 2019.

MENDES, João Maria. A questão curda recentra a Turquia no Médio Oriente. **JANUS 2008: O que está a mudar no trabalho humano**, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/1127>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

MESQUITA, Rafael. República minguante, crescente autoritária: entendendo a Turquia na era Erdoğan, por Rafael Mesquita. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=24757>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília - DF, mar./2003. Universidade Católica de Brasília - UCB. Pró-Reitoria de Pós-Graduação PRPG, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34168313/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf?1405014472=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DMetodologia_da_Pesquisa_PRO_REITORIA_DE.pdf&Expires=1607984223&Signature=Pi9z8YDy9rwMM-GFYNIImxo3gyiH6d6zNz5lOF8fK8fAxnVMnboKvAHbH6FAVWfDpWHShla7Hlrwq46NnCYs-f0PiUC71Hs2lyN9GwMBjlh9XeqJ~ueOkDAqgQYYUhro8PokxPDJUcbnuGxWnyM1Ijq7BqmBygdssEP2WShN4EuBoVEPAdmGfM4Pisc~KdKPAPo4Cds57XDjqxmXh3MN~418VYXTMu4L0s4Adil-YzmZPohPhIEb8nFMb5LSnHHa1~LcYk~e9WvIuDkpBsdBK~GGgdQW6lvvOiwdF10xTVvVbbw0qB3EQDr13JfYpGjKroSCI7zwUHOgPkomzij0WNQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em 14 dez. 2020.

NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PASSOS, Raul Jorge Laginha Gonçalves. A União Europeia e o pedido de adesão da Turquia. Necessidades de convergência e possíveis implicações. **Instituto de Altos Estudos Militares**. Curso Superior de Comando e Direção. Lisboa, 14 fev. 2005. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12771/1/TILD%20Turquia04_05.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

PAUTASSO, Diego. A Rússia, as relações com a Turquia e os efeitos sobre o conflito na Síria. 18 jan. 2017. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?article=a-russia-as-relacoes-com-a-turquia-e-os-efeitos-sobre-o-conflito-na-siria-por-diego-pautasso>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

PIRES, Guilherme Di Lorenzo. **A irmandade muçulmana na Síria**. Revista Conjuntura Austral, vol. 4, nº 20, out./nov.2013. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/43388/27334>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

PRADHAN, Prasanta Kumar. **Arab Spring and Sectarian Faultlines in West Asia: Bahrain, Yemen and Syria**. Institute for Defense Studies and Analyses: New Delhi, 2017.

RAMOS, João. A política externa da Turquia. **Ceiri News**, 31 jan. 2020. Disponível em: <<https://ceiri.news/a-politica-externa-da-turquia/>>. Acesso em 20 nov. 2020.

ROBERTO, Willian Moraes. **A estratégia da Turquia frente ao Estado Islâmico: entre a percepção governamental de ameaça e a relação com a OTAN**. Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil, v. 5, n. 1, 2016.

ROBERTO, Willian Moraes. A estratégia da Turquia frente ao Estado Islâmico: entre a percepção governamental de ameaça e a relação com a OTAN. São Paulo: **Revista NEIBA**, Volume V, 2016, Dossiê SimpORI 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/27459/21324>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

ROBERTO, Willian Moraes. As mudanças na política externa contemporânea da Turquia: as respostas diante das revoltas árabes pós-2011. PUC-SP, 2018. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - UNESP, UNICAMP e PUC-SP. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20967/2/Willian%20Moraes%20Roberto.pdf>>. Acesso em 2 out. 2020.

SANDRIN, Paula. A Turquia e os Curdos: como um país próximo ao Ocidente tentou suprimir a existência de uma minoria étnica, forçando-a a assimilação. **Revista Aventuras na História**. Tudo começou na Primeira Guerra: como o conflito encerrado há 100 anos deu origem ao mundo em que vivemos e ainda influencia nossas ideias. Edição 186, Novembro/2018. Disponível em: <http://www.iri.puc-rio.br/uploads/conteudos/arquivos/av_hist_nov.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

Nações Unidas - Brasil. Síria: mais de 11 milhões de pessoas precisarão de ajuda humanitária em 2019. 27 Fev. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/siria-mais-de-11-milhoes-de-pessoas-precisarao-de-ajuda-humanitaria-em-2019/>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

SOARES, João Victor Scomparim. A Guerra Civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos. **Observatório de Conflitos Internacionais**. Série Conflitos Internacionais. Marília - SP. Fevereiro, 2018. Disponível em <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/serie--a-guerra-civil-na-siria---atores-interesses-e-desdobramentos.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

SULLIVAN, Mark P. **Cuba's political succession**: from Fidel to Raúl Castro. 2007. Turkey, data. **The World Bank**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/turkey>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

TURQUIA. **Constitutional Referendum**. 16 de abril de 2017. OSCE/ODIHR Needs Assessment Mission Report. Disponível em: <<https://www.osce.org/odihr/elections/turkey/303691?download=true>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

UNHCR - Global Trends - Forced displacement in 2019. **Top international displacement situations by country of origin**. Disponível em: <https://www.google.com/imgres?imgurl=https%3A%2F%2Fwww.unhcr.org%2FGlobalTrends2019%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F99%2F2020%2F06%2Ffig-2-idp-by-country-origin.jpg&imgrefurl=https%3A%2F%2Fwww.unhcr.org%2FGlobaltrends2019%2FTbnid=7DXwaYAf7n1zPM&vet=12ahUKEwjn3qDF2PPsAhXoMbkGHY3_AHAQMMygCegUIARCQAQ..i&docid=46bZSxZIZmRL7M&w=1080&h=627&q=major%20source%20countries%20of%20>

[refugees%202019&ved=2ahUKEwjn3qDF2PPsAhXoMbKGHY3_AHAQMygCegUIARCQAQ>](#). Acesso em 08 nov. 2020.

UNHCR - Global Trends - Forced displacement in 2019. **Top international displacement situations by host country**. Disponível em:

<[VISENTINI, Paulo. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**.](https://www.google.com/imgres?imgurl=https%3A%2F%2Fwww.unhcr.org%2Fglobaltrends2019%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F99%2F2020%2F06%2Ffig-3-idp-by-country-host-v2.png&imgrefurl=https%3A%2F%2Fwww.unhcr.org%2Fglobaltrends2019%2F&tbnid=LS9c0ymTpyn-RM&vet=12ahUKEwjn3qDF2PPsAhXoMbKGHY3_AHAQMygEegUIARCUAQ..i&docid=46bZSxZIZmRL7M&w=1080&h=607&q=major%20source%20countries%20of%20refugees%202019&ved=2ahUKEwjn3qDF2PPsAhXoMbKGHY3_AHAQMygEegUIARCUAQ>. Acesso em 08 nov. 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Elsevier Brasil, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=aJSobQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=O+Grande+Oriente+M%3%A9dio:+da+descoloniza%3%A7%C3%A3o+%3%A0+primavera+%3%A1rabe.&ots=lp2QmaJR1m&sig=jrePNrCuFYuXdClpswo1_o7vzVk#v=onepage&q=O%20Grande%20Oriente%20M%3%A9dio%3A%20da%20descoloniza%3%A7%C3%A3o%20%3%A0%20primavera%20%3%A1rabe.&f=false>. Acesso em: 04 jun. 2019.

WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. **Estado Islâmico: desvendando o exército do terror**. 1ª edição. Editora Seoman, 2015. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=fjCLCgAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Estado+Isl%C3%A2mico:+desvendando+o+ex%C3%A9rcito+do+terror.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjAzrPf4uTiAhWCLLkGHYBYCJgQ6AEIKDAA#v=onepage&q=Estado%20Isl%C3%A2mico%3A%20desvendando%20o%20ex%C3%A9rcito%20do%20terror.&f=false>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

ZAHREDDINE, Danny. A crise na síria (2011-2013): uma análise multifatorial.

Conjuntura Austral, v. 4, n. 20, p. 6-23, 2013. Disponível em:

<<https://seer.ufg.br/ConjunturaAustral/article/view/43387>>. Acesso em: 29 mai. 2019.



UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09